

**VII ENCONTRO NACIONAL  
DE COMBATE AO RACISMO  
26 E 27 DE MAIO DE 2012  
RECIFE/PE**

**CADERNO DE TESE**



# **REGIMENTO 7º ENCONTRO NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO**

## **REGIMENTO INTERNO**

### **Capítulo I**

#### **DA REALIZAÇÃO, PAUTA E PROGRAMAÇÃO**

**Art. 1º** - O 7º Encontro Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores, será realizado nos dias 26 e 27 de Maio de 2012, no Hotel Jangadeiro, na cidade de Recife/PE, de acordo com o presente Regimento e observadas as demais normas estabelecidas pelo Regulamento dos Encontros Setoriais 2012 (aprovado pela Comissão Executiva Nacional em 15/03/2012)

**Art. 2º** A pauta e a programação do Encontro Nacional de Combate ao Racismo do PT serão as seguintes:

#### **Dia 26/05 – Sábado**

**08h às 15 – credenciamento delegados titulares**

**09 às 10 – Abertura**

**10 às 11 – Aprovação Regimento**

**11 às 13h - Análise de Conjuntura**

**13 às 14h30 – Almoço**

**15 às 17 – Eleições municipais e programa de governo**

**15h às 17 – credenciamento de delegados suplentes, observadores e convidados**

**17 às 19h30 – Apresentação das chapas nacionais**

**21h00 - Atividade cultural**

#### **Dia 27/05 – Domingo**

**08h00 – Debate dos Candidatos Nacionais**

**10h00 – Início votação**

**12h00 – Apuração**

**13h00 – Resultado apuração do primeiro turno**

**15h00 – Votação segundo turno**

## **18h00 – Encerramento**

### **Capítulo II DA PARTICIPAÇÃO**

**Art. 3º** - São delegado(as) ao Encontro Nacional de Combate ao Racismo, com direito a voz e voto, aqueles (as) eleitos(as) nos Encontros Estaduais de Combate ao Racismo do PT 2012.

**Art. 4º** - O credenciamento dos Delegados será efetuado no local do evento, no sábado, dia 26 de maio, a partir das 08h00 até as 15 horas

**Paragrafo 1º** - O (a) suplente de delegado(a) só poderá assumir na ausência do(a) delegado(a) efetivo(a) da mesma chapa;

**Paragrafo 2º** - O(a) suplente somente será credenciado(a) no horário destinado ao credenciamento dos(as) delegados (as), quando autorizado(a) através de carta do(a) Titular, com justificativa de seu impedimento.

**Art. 5º**- No ato do credenciamento o (a) Delegado(a) deverá apresentar documento de identidade com foto e assinar a lista de presença, fornecida pela Comissão de Organização do Encontro (COE)

**Art. 6º** - São observadores (as) ao 7º Encontro Nacional de Combate ao Racismo, com direito a voz e sem direito de voto, os membros do Coletivo Nacional de Combate ao Racismo, os secretários (as) estaduais de Combate ao racismo, os parlamentares do PT e os inscritos nas Chapas Nacionais que não forem delegados.

**Art. 7º** - São convidados(as), sem direito a voz, a critério da COE, os membros do Diretório Nacional, os(as) Ministros, senadores, deputados federais e governadores filiados ao Partido dos Trabalhadores.

**Art. 8º** - O credenciamento dos observadores e convidados será efetuado no local do evento, no dia 26 de maio, das 15h as 17h.

### **CAPITULO III DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 9º** - A Comissão Organizadora é responsável pela condução do Encontro Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores

**Art. 10º** - Imediatamente após a aprovação deste regimento será eleita pelo plenário uma Mesa composta pelo Coletivo Nacional de Combate ao Racismo do PT, onde seus membros se revezarão na coordenação dos trabalhos.

**Art. 11º** - O componente da Mesa que quiser pronunciar-se sobre qualquer matéria pedirá inscrição e, chegada sua vez, afastar-se-à de suas funções, a elas retornando após o encaminhamento da votação da matéria.

**Art. 12º** - A Mesa será auxiliada por duas secretárias de Mesa, que ficará responsável pela organização da documentação do Encontro, bem como gravação de áudio e vídeo.

a) caberá à coordenação do Encontro indicar a equipe responsável pela secretaria da mesa

**13º** - A comissão organizadora do evento apresentará ao plenário uma proposta de Comissão de sistematização com representantes de cada Chapa Nacional, que terá as seguintes funções:

a) Sistematizar as propostas que forem apresentadas à Mesa e submetê-las ao plenário

#### **CAPITULO IV DAS VOTAÇÕES**

**Art. 14º** - A votação do Regimento Interno, das Teses e emendas será através do levantamento dos crachás. Por contraste a mesa proclamará o resultado. Havendo dúvida os crachás serão contados por um representante de cada chapa.

**Art. 15º** - A Mesa proclamará sempre os resultados das votações para conhecimento do plenário e devido registro em ata.

**Art. 16º** - A Matéria votada não será novamente colocada em votação

#### **CAPITULO V DA ELEIÇÃO DAS CHAPAS E DA SECRETÁRIA**

**Art. 17º** - A votação será secreta, em urna, e na cédula de votação deverão constar os nomes dos candidatos à Secretaria Nacional e das Chapas inscritas até o dia 27/04/2012

**Art. 18º** - Havendo, mais de dois candidatos à Secretário e nenhum atingir mais de 50% dos votos válidos, haverá segundo turno, imediatamente depois de concluída a apuração

**Parágrafo 1º** - Não haverá segundo turno no caso de desistência do primeiro ou do segundo colocado, devendo ser declarado eleito o candidato remanescente;

**Parágrafo Segundo** - Havendo empate entre os dois únicos candidatos à secretário, deverá ser realizado segundo turno

**Parágrafo terceiro** - Havendo empate entre o 2º e 3º colocados, deverá ser realizado 2º turno com os três primeiros candidatos;

**Parágrafo 4º** - Havendo empate no segundo turno, serão somados os votos dados aos candidatos no 1º e 2º turno e proclamado eleito o que obtiver maior votação.

**Art. 19º** - Encerrada a votação, será realizada a apuração, coordenada por uma comissão integrada pelo coordenador da mesa diretora dos trabalhos, além de uma representante de cada chapa.

**Art. 20º** - Os recursos sobre questões que surjam no decorrer do ..7º Encontro Nacional serão apresentados à Mesa que decidirá da oportunidade de sua discussão e votação, cabendo recurso ao plenário.

**Art. 21º** - Resoluções e Moções devem ser apresentadas à mesa que repassará as mesmas para a Comissão de Sistematização. Aprovadas, nesta Comissão, serão lidas para o conhecimento do Plenário.

**Art. 22º** A SNCR divulgará as resoluções do 7º Encontro Nacional imediatamente através da página do PT.

**Art. 23º** Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa, cabendo recurso ao plenário.

## TESE -1

### Construindo um Brasil Sem Racismo

#### **Tese Nacional da Chapa "Construindo um Brasil Sem Racismo"**

1- Os encontros setoriais do PT, enquanto uma das ferramentas fundamentais para manter o diálogo e mobilizar a militância do partido em todo Brasil, é o momento para debater e construir estratégias para qualificar e provocar transformações nas instâncias partidárias além de manter o diálogo do partido com os movimentos sociais. O Encontro Setorial de Combate ao Racismo oxigena o partido e atualiza suas formulações. Nós, militantes antirracistas do PT, nos sentimos na obrigação de nos pronunciar sobre o assunto, neste momento de disputa interna, momento enriquecedor que só acontece no mundo dentro do Partido dos Trabalhadores. É a oportunidade para estabelecer um debate franco e fraterno no PT, com os companheiros/as que acompanham a discussão sobre a temática racial em nosso partido.

2- Nossa tese traz o debate que reúne as ideias de militantes de 23 estados do Brasil, para a construção de um projeto que alcançou ser representado de forma genuinamente Nacional em sua totalidade. Neste encontro de Combate ao Racismo no ano de 2012 debateremos o sentimento das 5 regiões do Brasil. Reunimos também em nossa tese a representação e assinaturas das forças internas do PT que ao longo desta gestão do PT a partir do PED de 2009 caminham juntas tendo apoio das suas coordenações nos estados que são as correntes Nacionais CNB, PTLM, O Coletivo 02 de Julho da Bahia e ainda ampliamos para a corrente Interna Nacional EPS que fortalece o debate de Gênero, Religiões de Matriz Africana e do Movimento MST. É um momento de oportunidade para estabelecer um debate franco e fraterno no PT, com os companheiros que acompanham a discussão sobre a temática racial em nosso partido.

## **Do Processo Histórico - Do Tráfico dos Escravos a Acumulação Capitalista a Falsa Libertação e o Racismo**

3- A história do povo negro no Brasil começa com a vinda forçada de trabalhadores escravizados na África. Estes trabalhadores eram tratados como bens de capital, já que eram fundamentais para a produção colonial. Porém logo o tráfico se tornou o principal item do "negócio da colônia" e sua receita já superava em muito a receita produzida pelo açúcar e demais produtos coloniais. Os lucros auferidos com o tráfico se constituíram na principal fonte da "acumulação primitiva de capital" que gestou a passagem do mercantilismo para o capitalismo industrial.

4- Mas como escravizar pessoas sem provocar condenações morais, ideológicas e religiosas? A saída foi construir uma justificativa para a escravidão, um discurso que transforma africanos/as escravizados/as em não humanos. Eis o surgimento do racismo. Porém, mesmo escravizados, maltratados e acorrentados o povo negro resistiu de diversas formas ao cativo. Foram fugas e quilombos; levantes e rebeliões; irmandades e sociedades de ajuda mútua; manutenção e ensino às novas gerações das línguas e cultos da África. Isso enquanto durou a escravidão. Depois da alforria a resistência passava a ser contra o racismo.

5- A resistência passou a se dar nas comunidades remanescentes dos quilombos, nos terreiros onde se cultuavam as religiões de matriz africana, nos clubes negros, nos maracatus da zona canavieira do nordeste, nos blocos de carnaval, escolas de samba, etc. Com o tempo esta resistência passava a tomar contornos políticos e entre os anos 60 e 70 já tínhamos no Movimento Negro Brasileiro grupos de tendência socialista. Mas ainda havia divergências entre os partidos de esquerda tradicionais e o Movimento Negro, que se baseavam na dicotomia entre luta de classes e luta antirracista. Dicotomia que se torna sem sentido quando pensamos que com grande parte do povo negro desempregado ou recebendo salários menores forma-se um exército de reserva que garante ao capital a redução de preço do trabalho. Assim, a luta antirracista também é luta de classe.

## **Da Luta pela Democracia a Questão Racial como uma Luta de Raça, Classe e Promoção da Igualdade Racial**

O encontro entre as organizações do Movimento Social Negro Brasileiro e os partidos do campo de esquerda no Brasil se dá no final dos anos 70 e começo dos anos 80 com a fundação do Partido dos Trabalhadores.

7- O PT, com sua organização democrática, pela base e socialista e sua cultura libertária desde o seu começo abrigou formas novas de organização transversal dos seus militantes. Primeiro foram os núcleos de base, que evoluíram junto com o partido para os setoriais. Esta forma de organização partidária foi fundamental para que o PT se construísse como alternativa da sociedade à política e políticos tradicionais em plena luta contra a ditadura e consolidasse uma contra hegemonia que lhe possibilitou a disputar os aparelhos de Estado. Desta forma nosso partido cresce começa a ganhar eleições e culmina com a conquista do governo federal por três vezes.

8- O Brasil mudou e muito nos últimos nove anos. Inverteu a lógica neoliberal e promoveu o crescimento do país com inclusão, a partir de amplos programas sociais, investimento público maciço em obras estruturadoras, crescimento contínuo do salário mínimo e facilidade de crédito para empresas e pessoas físicas – inclusive as mais pobres. Este conjunto de ações forjou um mercado interno vigoroso que levou nossa economia a um ciclo virtuoso de crescimento e permitiu ao Brasil resistir às crises que se sucedem desde 2008.

9- E não foi só na área econômica. Durante os governos do PT foram implantadas políticas públicas de inclusão específicas. Na promoção da igualdade racial tivemos a criação da secretaria especial que em seguida teria status de ministério; implantação da lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de história da África e cultura afro-brasileira; aprovação e sanção do Estatuto da Igualdade Racial, que apesar de não ser o que queríamos torna-se o primeiro marco legal que sistematiza a legislação de combate ao racismo e da igualdade racial.

10- As comunidades Tradicionais passam a fazer parte da agenda de Governo passando a pautar o debate da regularização das terras dos Remanescentes dos Quilombos e da População das Religiões de Matrizes Africanas; foi instituído o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial; assim como ações de combate ao extermínio da Juventude Negra em parceria com o Ministério da Justiça; o Programa de atenção a Saúde da População Negra; o Programa de Empreendedorismo Negro em Parceria com o SEBRAE; o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial; a Implantação das Cotas Raciais nas instituições de Ensino Superior; o Prouni; a ampliação das Escolas Técnicas Federais no Brasil; a campanha pela Democratização dos meios de Comunicação; a valorização do Salário Mínimo e políticas de inclusão social e renda mínima; fortalecimento do Estado brasileiro enquanto indutor da soberania e do crescimento com distribuição de renda. Tudo isso tem a marca do PT, são ações do Governo de Combate a Desigualdade, mas que não supera a necessidade da contínua batalha contra o racismo, confirmando as instâncias partidárias como a principal ferramenta capaz de fazer este enfrentamento e formular propostas capazes de superá-las. Para nós, da chapa Construindo um Brasil Sem Racismo, um dos pontos centrais do nosso debate passa por esta reflexão.

### **A Instância Partidária como instrumento de enfrentamento do Racismo no Brasil**

11- A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT torna-se instância do Partido dos Trabalhadores em 1995 tendo a tarefa principal de formular políticas referentes ao tema Combate ao Racismo, organizar a militância petista no Brasil em seus diretórios, estabelecer o diálogo com as demais instâncias partidárias e articular junto ao Movimento Social Negro Brasileiro respeitando sua autonomia. Durante seus 17 anos a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo consolida as ações executadas ao longo de sua existência, se torna internamente no PT uma das Secretarias Setoriais fundamentais para a vida ativa do partido, para a confirmação do modelo político do campo democrático e popular de esquerda e com ideais socialistas.

12- Nós da Chapa Construindo um Brasil Sem Racismo, militantes petistas de 23 estados do Brasil incluindo o Distrito Federal entende que vivemos um dos momentos mais importantes da militância

antirracista petista, partido da atual conjuntura interna e da nossa atuação em todo Brasil, que referenda a política partidária de Combate ao Racismo na agenda dos Diretórios regionais no Brasil. Por isso defendemos ações que fortalecem a nossa agenda partidária:

- Que o Coletivo Nacional de Combate ao Racismo absorva as resoluções aprovadas no quarto Congresso Extraordinário do PT com Paridade de Gênero, Vinte por cento de Cota Geracional. Além disso, avançar para a distribuição geográfica nacional de seus/suas integrantes;
- Que os dez membros do Coletivo Nacional tenham atribuições que dialoguem com as Secretarias Executivas do PT e o Movimento Social;
- Que se aprove no Encontro Nacional de Combate ao Racismo do PT uma proposta de regulamento interno para o funcionamento da Secretaria Nacional e seu Coletivo para ser aprovado pelo Diretório Nacional;
- Que Secretaria Nacional de Combate ao Racismo debata com os Diretórios Regionais do PT uma proposta de planejamento financeiro a ser apresentada ao Diretório Nacional junto com uma agenda mínima para que se construa a política nos estados;
  - Constituir os Fóruns Regionais de Secretários Estaduais de Combate ao Racismo do PT;
- Apresentar junto ao Diretório Nacional proposta de ações para a agenda da Fundação Perseu Abramo;
- Formalização do GT África com a finalidade de construir em parceria com a Secretaria de Relações Internacionais a relação com os partidos de campo de esquerda do Continente Africano;
- Fortalecer a aplicação da resolução aprovada no XV Encontro do Fórum de São Paulo na Argentina em março de 2010, que consiste em realizar oficina da temática Combate ao Racismo em seus encontros anuais consolidando a relação político-partidária com os partidos do campo de esquerda da América Latina, Caribe e África;
- Apresentar proposta ao Diretório Nacional para que a Secretaria Nacional de combate ao Racismo tenha assento no Conselho Nacional de Formação e que nos Diretórios

- Regionais o coletivo de combate ao racismo indique um/a representante no Coletivo de Formação dos estados;
- Apresentar a Secretaria Nacional de Mulheres a proposta do Seminário Nacional de Mulheres Negras do PT para aprofundar o debate da temática racial na Secretaria Nacional de Mulheres;
  - Apresentar a Secretaria Nacional de Juventude a proposta do Seminário Nacional da Juventude Negra do PT para aprofundar o debate da temática racial na Secretaria Nacional de Mulheres;
  - Realizar o Seminário Nacional dos Gestores de Promoção da Igualdade Racial, dos/as Prefeitas/os, Vereadoras/os, deputadas/os Estaduais e Federais e Senadoras/es negros/as do Brasil. Para se fazer uma avaliação e revisão das ações do Governo e no legislativo, a fim de preparar para o Programa de Governo de 2014;
  - Aprovar junto ao Diretório Nacional o I Colóquio – “O PT, a Questão Racial e os Movimentos Sociais”;
  - Campanha de combate ao Racismo Institucional no interior do PT em todo Brasil e de valorização das Secretarias Setoriais de Combate ao Racismo;
  - Lutar pela regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial priorizando a construção do Sistema Nacional de Igualdade Racial;
  - Lutar para que o Partido dos Trabalhadores assuma em seu conjunto a luta pelo combate ao racismo e defenda junto à sociedade e ao governo brasileiro uma agenda de políticas públicas que contribua para superação do racismo no Brasil.

13- Convencidos de que a militância política no PT constrói em nós a liberdade de contribuir para a liberdade da sociedade brasileira, neste caso em especial da população negra, apresentamos a tese da Chapa Construindo Um Brasil Sem Racismo como meio de reflexão e como formulação para que se torne não apenas resolução, mas também uma profunda revisão de comportamento e de prioridade na estrutura interna do Partido dos Trabalhadores.

## TESE - 2

### Brasil sem Racismo – Negras e Negros Protagonizando o Século XXI

#### **Proposições para a candidatura de Matilde Ribeiro (CNF 381531). Militante do PT e dos movimentos negro e feminista**

##### **A - Perspectivas para o desenvolvimento, crescimento e direitos sociais e raciais**

O processo de eleição da SNCR acontece em 2012 quando o PT completa 32 anos, com muitas lutas e conquistas. Como definição do 4º Congresso Extraordinário, realizado em setembro de 2011, reafirma-se *“a defesa de outro modelo de desenvolvimento, socialmente inclusivo, regionalmente integrado, tecnologicamente avançado e ambientalmente sustentado”*.

Ao longo de sua existência o PT vem atuando em prol de garantir profundas transformações sociais, políticas e econômicas na sociedade brasileira em contraposição à intervenção das elites que sempre dominaram o Brasil. Nesse sentido, verifica-se como atual o trecho do manifesto de 1980 (aprovado pelo Movimento Pró-PT) – *“O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, se constrói pelas suas mãos ou não virá”*.

É importante ressaltar que o Brasil é o país de maior população negra fora da África, em 2010 segundo o IBGE os negros (pretos e pardos) representam 50,7% da população brasileira e continuam excluídos do exercício da cidadania, os indicadores socioeconômicos demonstram as barreiras para o acesso a bens e serviços públicos e privados, tornando-os os mais pobres entre os pobres.

Para garantir uma democracia plena e reverter à situação de descaso imposta desde a escravidão, a questão étnico-racial deve constar de maneira continuada e ampliada na agenda estratégica do PT, como impulso para a visibilidade e inclusão na população negra na vida política nacional. Por isso reafirmamos a importância de vincular sempre à valorização das conquistas das/os trabalhadoras/es a luta por liberdade, direitos e oportunidades travada por mulheres e homens negros, sem isso a história nacional e internacional seguirá sempre distorcida e incompleta. Nesse caminho ressaltam-se importantes momentos – a existência do Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi dos Palmares; as Marchas Zumbi dos Palmares pela Vida e Cidadania (1995 e 2005); e, em âmbito internacional a luta contra a Apartheid e a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (realizada na África do Sul, em 2001).

##### **B - Partido, governo e políticas públicas**

As vitórias eleitorais do Presidente Luiz Inácio LULA da Silva, em 2002 e 2006, lideradas pelo PT, consolidam-se como conquistas construídas pelas mãos dos trabalhadores em aliança com amplos setores da sociedade. Isso trouxe grande

inconformismo para a oposição, interrompendo seus projetos tradicionalmente impostos por meio de estratégias antidemocráticas das elites locais e nacionais.

Contrariando o conservadorismo, o Governo Lula firmou uma nova prática na política nacional, a partir da relação federativa entre a União, os Estados e os Municípios e uma multiplicidade de setores políticos, em especial os movimentos sociais – com respeito à geração e sustentação do desenvolvimento econômico visando distribuição de renda e inclusão social, e, também com ampliação da participação popular. Ressaltando-se as ações visando à promoção de direitos e ações afirmativas combinadas com as políticas tradicionais, foram criadas Secretarias com status de Ministério nas áreas de Igualdade Racial (SEPPIR), Direitos das Mulheres (SPM) e Direitos Humanos (SEDH).

Foi provocado o crescimento com a redução das desigualdades sociais: o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,5% ao ano entre 2003 e 2006; 4,6% entre 2006 e 2010; e alcançou 7,5% em 2010. Ao longo destes oito anos, mais de 30 milhões de pessoas deixaram a pobreza e ascenderam socialmente.

Com isso foi resgatado o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, como protagonista no cumprimento da agenda democrática em nível nacional e internacional. Tem sido garantida uma política externa soberana, mantendo relação com os países ricos e ao mesmo tempo priorizando ações voltadas às regiões mais pobres como o Continente Africano e a América Latina e Caribe.

Todo esse processo se deu em meio a grande crise internacional do capitalismo neoliberal. Mas o Brasil manteve-se ativo e propositivo em suas resoluções internas e na participação em fóruns que buscam estratégias para combater a instabilidade econômica, social e política mundial. Neste sentido, a integração latino-americana, especialmente da América do Sul, cumpre um papel estratégico.

O Governo da Presidenta Dilma Rousseff têm como desafios manter essa agenda inclusiva e ampliar as conquistas das/os trabalhadoras/es, por meio das políticas públicas, ampliação da representação política e também criando condições para mudanças estruturais (como as reformas política, dos meios de comunicação, agrária, tributária, sindical e combate a corrupção).

Mesmo valorizando a diminuição da pobreza e da desigualdade devemos compreender que o Brasil ainda é um país injusto, as desigualdades sociorraciais são imensas. Portanto, além do intercruzamento entre o desenvolvimento econômico e social (no meio urbano e rural), faz-se necessário o aprimoramento da promoção de direitos voltados aos negros e mulheres e demais grupos discriminados.

Devem ser priorizadas as questões que estarão pautadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, marcada para junho de 2012, na defesa de um modelo alternativo de desenvolvimento que considere o distanciamento entre os grupos raciais, principalmente a desigualdade entre a população negra e branca.

Também, as questões referentes à juventude devem estar na ordem do dia. Esse é um grupo cada vez mais crescente e de maneira geral vulnerável, em especial a juventude negra, o que demanda o desenvolvimento urgente de políticas em todas as áreas.

Portanto, devem ser reforçadas as perspectivas de concretização de políticas públicas construídas por um conjunto de ministérios nos diversos espaços coletivos nacionais e locais, como exemplo no Fórum Direitos e Cidadania e na articulação para o enfrentamento à violência contra jovens negros.

Considerando que defender, apoiar e dar sustentação ao governo Dilma, e aos governos

locais no campo democrático e popular, é tarefa fundamental do PT, em conjunto com partidos aliados e setores combativos do movimento social.

Com isso, em 2012, a tarefa política mais ampla para o PT e demais setores políticos da sociedade são as eleições para as Prefeituras e as Câmaras Municipais, pelo PT estão previstos cerca de 40 mil candidatas/os em âmbito nacional. Sem dúvida, os resultados desse pleito serão decisivos para a configuração de forças que disputarão as eleições federais em 2014, para a consolidação dos projetos populares visando à construção da hegemonia de esquerda local e nacional.

### **C - O papel da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo – SNCR/PT**

Desde a criação do PT as mulheres e homens militantes da luta antirracismo vinculados as mais diversas entidades e grupos, adotaram a estratégia de intercruzamento das plataformas do Movimento Negro junto aos sindicatos, aos partidos políticos e demais instituições públicas e privadas, a partir da compreensão de que essa luta deve ser liderada pelos negros, envolvendo amplos setores políticos nacionais e internacionais. Da mesma forma, militantes negros e brancos que integravam o PT, e que já se encontravam sensibilizados para a luta antirracismo, responderam ao desafio apontado pelo movimento negro. Isso possibilitou reforço da atuação política de parte a parte.

Por meio dos Encontros Nacionais de Negras e Negros Petistas foram forjadas as estratégias políticas, em 1995 com a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR), e como consequência das Estaduais (SECR) e Municipais (SMCR).

Neste momento eleitoral da SNCR/PT, em que pesem as enormes dificuldades, avançamos de maneira significativa com o processo de criação das políticas públicas, destacando-se Fundação Cultural Palmares (FCP) a SEPPIR; os programas – Brasil Quilombola, PROUNI, PROJovem e Trabalho Doméstico Cidadão; a aprovação da lei 10.639 e do Estatuto da Igualdade Racial; a formalização do vinte de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Esses são exemplos de avanços nas estruturas de governo e na legislação, mas na atual conjuntura, com a violenta reação da direita racista essas estruturas e políticas correm riscos.

Como ponto de partida devemos considerar como eixos estratégicos:

- reforço a ampla intervenção política de caráter nacional da SNCR, considerando a relação intrapartidária entre a direção e os diversos agrupamentos políticos, visando maior internalização do partido das estratégias de superação do racismo;
- manutenção de relações sistemáticas da SNCR com o movimento negro e de mulheres negras, considerando sua diversidade ideológica e organizativa, garantido sempre que possível à realização de agendas conjuntas;
- contribuição no desenvolvimento de estratégias de sustentação política de nossos governos visando à garantia de respostas às demandas da população negra representadas pelo Movimento Negro. Porém, respeitando autonomia

e processos de negociações a partir da relação entre Partido-Estado-Sociedade;

- promoção de atividades de formação política envolvendo as SECR e SMCR a partir dos filiados e militantes; intensificando formulações em conjunto com as bancadas de parlamentares (Frentes e Núcleos de Combate ao Racismo); e, contribuir para a implementação da Jornada de Combate ao Racismo no Brasil que está sendo organizada pela Escola Nacional de Formação do PT;
- encaminhamento e monitoramento de denúncias de racismo junto aos órgãos de segurança pública, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário. Em especial, acompanhar os debates e defesas das políticas de quilombos e as ações afirmativas que tramitam no Supremo Tribunal Federal;
- atuação em âmbito Federal, Estadual e Municipal para intensificação das políticas de igualdade racial a partir da lógica da transversalidade, como por exemplo: a decretação do 20 de novembro como feriado nacional; a aceleração da titulação das terras e demais políticas públicas para comunidades quilombolas; a ampliação da implementação nos Estados da Lei 10.639; a atenção à realidade da juventude negra e das mulheres negras; o combate à intolerância religiosa; a regulamentação e o aprimoramento do Estatuto da Igualdade Racial; a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; a aprovação do projeto de lei que tramita no Congresso Nacional visando à garantia de 50% das vagas das universidades públicas para negros, os pobres e os indígenas;
- também, é necessário para fazer valer o encaminhamento das políticas públicas a contribuição no reforço as estruturas como a Fundação Cultural Palmares e a Seppir buscando garantir o aprimoramento de suas funcionalidades e orçamento.
- manutenção de diálogo permanente com profissionais e intelectuais negros e aliados que desenvolvem estudos na área racial e afins, de maneira que a produção acadêmica e ações práticas, possam ser apropriadas coletivamente pela militância partidária em nossas ações e formulação políticas;
- estímulo a promoção de estratégias no campo das relações internacionais sobretudo voltadas ao Continente Africano e América Latina e Caribe no que diz respeito aos aspectos econômico, político e cultural (organização de intercâmbios de filiados, eventos, produção e conhecimento);
- contribuição no processo das eleições municipais em 2012, como já fizemos com a campanha “Um voto com raça e com classe”, mapeamento de lideranças políticas negras e aliadas a causa racial, visando envolvê-las em processos de formação política, negociando apoios políticos e financeiros as candidaturas, incentivando a participação de mulheres e jovens negros.

Enfim, nossa presença na direção partidária, precisa crescer em quantidade e qualidade. Está colocada a necessidade de alteração da correlação de forças dentro e fora do PT, para tanto é necessário que conquistemos mais poder, tanto elegendo mulheres e homens negros para os cargos de direção, como para ocupar estruturas e postos-chaves no aparelho de Estado.

Torna-se urgente fortalecer a atuação do Coletivo Nacional da SNCR e a agenda interna do PT priorizando a atuação no próximo PED (em 2013) e dar concretude às definições do novo regimento do PT, contribuindo para a ampliação da participação e diálogo da base com a direção e fortalecendo o protagonismo das mulheres, da juventude e dos negros conforme aprovado no **IV CONGRESSO NACIONAL DO PT**.

É, ainda, fundamental constatar que no período pós-eleições da SNCR, serão grandes os desafios, necessitando a ampliação da capacidade de diálogo e formulação junto aos mais diversos segmentos; a promoção de alianças visando à garantia das políticas públicas; e, a ampliação de representatividade e de incidência na agenda política.

#### **Saiba um pouco mais sobre Matilde Ribeiro:**

Assistente social e doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) foi Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2003/8) e Assessora dos Direitos da Mulher na Prefeitura de Santo André (19997/2001). Também, integrou as equipes do Instituto Cajamar (1995/7) e da Sempre-viva Organização Feminista/SOF (1987/1995).

Desde meados dos anos 80 é militante do PT e dos Movimentos Negro, Feminista e de Mulheres Negras. Integrou o Coletivo da SNCR/PT (1995/99) e a Coordenação do Programa de Governo do candidato a Presidência da República – Luiz Inácio LULA da Silva e o Governo de Transição (2002). No PT participa da corrente Construindo um Novo Brasil (CNB).

Em 2001 integrou o Programa de Intercâmbio “Women in Political Leadership” nos Estados Unidos; representou a Prefeitura de Santo André na Rede de Mulheres Mercocidades/MERCOSUL e no projeto Gerenciamento Participativo para Área de Mananciais (parceria com a University British Columbia/UBC – Vancouver/Canadá).

No momento desenvolve projetos de consultoria junto a algumas instituições – Central Única dos Trabalhadores, Instituto Observatório Social, Fundação Friedrich Ebert e Fundação Perseu Abramo. Atuou como consultora junto ao Centro de Estudos sobre Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e as Comissões de Mulheres e Negros do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC, em São Bernardo do Campo).

Como professora de graduação atualmente leciona na Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS) e em 2001 lecionou no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas/Unifmu na Faculdade de Serviço Social.

Elaborou o texto – “As políticas de igualdade racial no Brasil” (2009, FES – São Paulo/SP) e organizou o livro – “Direitos humanos como direito de todos, sem exceção” (2010, FPA – São Paulo/SP) como parte da coleção “2003-2010 – O Brasil em transformação”. Nesse momento coordena elaboração de livro sobre as políticas de igualdade racial, desenvolvido em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES), Fundação Perseu Abramo (FPA), Partido dos Trabalhadores/Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR/PT) com o apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

Presidiu o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CNPIR (2004-2008), a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CONAPIR (2005) e a Conferência Latino Americana de seguimento da Declaração e Plano de Ação de Durban (2006). Teve a

oportunidade de contribuir para a elaboração da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (pondo em prática as propostas do Programa Brasil sem Racismo), do Programa Brasil Quilombola e do investimento na política internacional conhecendo e dialogando com 21 países Africanos; e, representou o Governo Brasileiro em diversos fóruns internacionais.

## **Apoiam a candidatura de Matilde Ribeiro:**

### **Lista sendo atualizada....**

Saiba um pouco mais sobre Matilde Ribeiro:

Assistente social e doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) foi Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2003/8) e Assessora dos Direitos da Mulher no Instituto de São Paulo (1999/2001/2). Também atuou no âmbito do Instituto Gama (1995/7) e da Sérgio Viveiros Organizações (1997/2001/2) atuando em projetos de desenvolvimento social e econômico em áreas de vulnerabilidade.

Desde meados dos anos 80 é militante do PT e dos movimentos Negro(a) Feminista de Mulheres Negras, Integrou o Coletivo da SINCRIPT (1992/99) e a Coordenação do Programa de Transição (2002). No PT participa da corrente Construído em Novo Brasil (CNB).

Em 2001 integrou o Programa de Intercâmbio "Women in Political Leadership" nos Estados Unidos; representou a Prefeitura de Santo André na Rede de Mulheres Mercosul/MERCOSUL e no projeto Desenvolvimento Participativo para Área de Mananciais (parceria com a University British Columbia/UBC - Vancouver/Canada).

No momento desenvolve projetos de consultoria junto a algumas instituições - Central Única dos Trabalhadores, Instituto Observatório Social, Fundação Friedrich Eber e Fundação Perseu Abramo. Atuou como consultora junto ao Centro de Estudos sobre Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e as Comissões de Mulheres e Negros do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC, em São Bernardo do Campo).

Como professora de graduação atuava na Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPS) e em 2001 lecionou no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas/Unim na Faculdade de Serviço Social.

Elaborou o texto - "As políticas de igualdade racial no Brasil" (2009, FES - São Paulo/SP) e organizou o livro - "Direitos humanos como direito de todos, sem exceção" (2010, FPA - São Paulo/SP) como parte da coleção "2003-2010 - O Brasil em transição". Nesse momento coordena elaboração de livro sobre as políticas de igualdade racial, desenvolvido em parceria com a Fundação Friedrich Eber (FEF), Fundação Perseu Abramo (FPA), Partido dos Trabalhadores/Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SINCRIPT) com o apoio da Associação Brasileira de Pesquisadoras Negras (ABPN).

Presidiu o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CNPJR (2004-2008), a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CONAIPR (2005) e a Conferência Latino Americana de Seguimento da Declaração e Plano de Ação de Durban (2006). Teve a

## TESE - 3

### AXÉ, MOVIMENTO E LUTA

#### *Axé Movimento e Luta*

*“Não existe preconceito no Brasil”!*

*A tempos ouvimos esta Mentira!!!*

*Falta é honestidade pra reconhecer. Quanto preconceito há no Brasil!*

*Um sujeito se acha diferente, superior*

*Logo se torna opressor*

*Fomenta sofrimento, causa dor.*

*E dissemina o ódio a quem rotulou pela cor*

*Trata como inferior sem pudor*

*Desacredita sua Fé*

*Desapropria sua Cultura*

*Deseduca suas crianças*

*Massacra a juventude*

*Desfruta do nosso suor*

*Estamos todos calejados*

*Racismo aqui é velado*

*E o Racista tem manipulado*

*As leis do homem e de Deus*

*Mas Cá estamos reunidos*

*Com o mesmo objetivo de eleger um coletivo*

*Que seja Proponente e de liberador*

*Diversas serão as reuniões*

*Idéias Teses e Resoluções*

*Atentem os eleitos os anseios do movimento  
Que em meio a luta de classes se fez ouvir no partido  
Incluindo na pauta o quesito cor  
Vamos exaltar pensamentos  
De Mandelistas e Anastácistas  
Vamos nos inspirar nas lutas de Zumbi a Seu Candido  
Ouçam Clamor do movimento  
Que no calor desse momento  
Fundisse aos ancestrais lamentos  
Chega de ladainha! Basta de Hipocrisia!  
Olhem nos olhos dos dirigentes  
E repitam sem esmorecer  
Respeito é bom e eu gosto  
Mas ir além eu também posso  
Compartilhando o poder  
Pois com poder se faz JUSTIÇA  
E ai Será protagonista de um mundo menos racista  
Já houve tempo de sonhar, de planejar e construir um partido  
Hoje somos parte do PT o maior partido do Brasil  
E damos sustentação a um governo  
Que com Lula materializou  
Boa parte dos sonhos da classe trabalhadora.*

*Rubinho*

Com Dilma possibilita a ascensão das mulheres aos espaços de poder. E a tarefa nos próximos quatro anos dos que aqui forem eleitos é pavimentar o caminho para que os negros e negras sejam também protagonistas e que oxalá não precisemos mais em um futuro próximo reivindicar igualdade de oportunidade, mas que a democracia racial seja uma realidade nesse país mais justo e Igualitário que todos ajudamos a construir.

## **O Governo do PT e a Igualdade Racial**

O Decreto 6.872, de 4 de junho de 2009, assinado pelo Presidente Lula e pela Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff é emblemático, pois traduz toda a luta do PT pela promoção da Igualdade Racial em nosso país.

Pelo Decreto 6.872/09 fica aprovado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) e é instituído o Comitê de Articulação e Monitoramento do PLANAPIR, cujos objetivos estão agrupados em 12 eixos temáticos tais como: Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Educação, Saúde, Diversidade Cultural, Direitos Humanos e Segurança Pública, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais de Terreiro, Política Internacional, Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar, Infraestrutura e Juventude.

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial pelo Congresso Nacional fixou um marco legal no estabelecimento de políticas públicas para a superação das desigualdades raciais no Brasil, entretanto o PLANAPIR é o termo de referência para atingir as metas do Governo Lula e, portanto deve ser divulgado e debatido por toda a sociedade brasileira.

O Governo Lula/Dilma é o governo que mais fez pela promoção da igualdade racial, só através do PROUNI (Programa Universidade para Todos) colocou mais estudantes negros na universidade em sete anos de mandato que a soma de todos os governos da república. Hoje, já são quase um milhão de negros nos cursos superiores.

É preciso avançar mais rapidamente e enfrentar os setores conservadores da mídia e dos partidos de oposição (PSDB/DEM/PPS) que são contra as políticas afirmativas e querem manter a nefasta desigualdade econômica e política entre brancos e negros em nosso país.

## **Violência policial e vulnerabilidade social**

A realidade histórica da exclusão e violência contra negros não se dão isoladamente. Violência policial e vulnerabilidade social (racial) formam um conjunto coerente, indissociável. As ocorrências se multiplicam por inúmeras cidades, é problema nacional e estrutural na conjugação das balizas de

segregação e de desigualdades raciais. E nacional também e igualmente estrutural a força dos emissores do genocídio de negros, embora assentada e sentida, não poderia ser de outro modo, nos lugares, nos espaços de vida e cotidiano de milhões de sujeitos da negrura.

### **A emancipação da mulher negra**

Todas as dificuldades de gênero sofrem um agravante quando associadas às mulheres negras porque essas ainda devem enfrentar o preconceito étnicorracial, deixando claro que existe sim, desigualdades também entre as mulheres, fazendo com que o governo lance um olhar para essa situação e por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, implemente políticas públicas afirmativas visando superar as desigualdades de gênero e raça.

Para a organização das Nações Unidas, a equidade de gênero é indispensável no sentido de promover o desenvolvimento e obter a redução da pobreza. Mulheres com maiores níveis de educação e participação no mercado de trabalho, em geral, estão mais capacitadas a contribuir para a saúde e produtividade de suas famílias e localidades, criando melhores perspectivas de vida direcionadas às novas gerações.

### **Juventude negra e a violência**

A juventude negra protagoniza os mais alarmantes cenários de precariedade da sociedade brasileira. Ora se tratamos de questões econômicas, ora se no referirmos as questões sociais.

Para as questões sociais, a discrepância das relações estruturais de moradia, saúde e a mais mal fadada repressão policial. Segundo estimativas da Disoc/Ipea, a partir de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datusus), em 2000, a taxa de vítimas de homicídio de jovens negros era de 74,1 por 100 mil habitantes, bastante superior à observada para os brancos da mesma idade, de 41,8 por 100 mil habitantes. Em média, os jovens negros têm dois anos a menos de estudo do que os brancos da mesma faixa etária. Cerca de 11,5 milhões de jovens negros de 18 a 24 anos de idade,

o que representa 6,6% da população brasileira. A taxa de analfabetismo, de 5,8%, é três vezes maior do que a observada para os jovens brancos (1,9%).

A juventude negra petista preocupada com estes alarmantes índices resolveu fazer frente a estas questões e constituiu a Juventude Negra do PT (JN13) que tem como principal pauta formação política e definição deste espaço de organização da Juventude Negra do Partido dos Trabalhadores.

### **O PT e o combate ao racismo**

O PT é produto de um processo político encabeçado por diversos movimentos sociais, dentre outros, os movimentos negros. Há negros (as) e militantes antirracismo desde a pré-fundação do partido. Não podemos esquecer que, antes do advento do PT - 1980, tivemos a retomada, nos estertores da ditadura militar, 1978, do movimento negro brasileiro.

O problema posto pelos Movimentos Negros diz respeito ao reconhecimento das barreiras sociais e, ao lado delas, embaralhadas sistemicamente pelas políticas de branqueamento, pelo mito de democracia racial, pela fábula de cordialidade no âmbito das relações raciais e pela política do silêncio em torno do debate, as barreiras raciais. Assim, considerar o racismo no Brasil como um fenômeno somente de classe significa, em outros termos, reafirmar o mito de democracia racial e desconsiderar, à revelia da realidade concreta balizada pelas desigualdades socioespaciais (locacionais), ocupacionais, educacionais e jurídico-institucionais, as barreiras raciais.

Dizer que há negros (as) organizados no PT implica necessariamente compreender o seu papel, com vistas a realizar mudanças no que diz respeito às desigualdades raciais.

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT, reafirmando o programa raça e classe, tem exatamente estes objetivos, isto é, organizar a militância petista e garantir a formação, capacitação e articulação de negros e negras do PT, contribuir com a construção e organização partidária nos estados e

municípios, ampliar a representação de negros e negras nos espaços de poder e consolidar a formulação e articulação políticas do PT no combate ao racismo.

A juventude negra precisa preocupar-se com estes problemas e estabelecer a diversidade e a unidade. A juventude negra precisa preocupar-se com estes problemas e estabelecer a diversidade e a unidade. A juventude negra precisa preocupar-se com estes problemas e estabelecer a diversidade e a unidade.

### O PT e o combate ao racismo

O PT é produto de um processo político enraçado por diversos movimentos sociais dentro outros os movimentos negros. Há negros (as) e militantes antirracistas desde a pré- fundação do partido. Não podemos esquecer que antes do advento do PT, tivemos a retomada nos

estados da ditadura militar, 1978, do movimento negro brasileiro.

O problema posto pelos Movimentos Negros diz respeito ao reconhecimento das barreiras sociais e ao lado delas,

embarradas sistematicamente pelas políticas de impedimento pelo mito de democracia racial, pela fábula de cordilidade no âmbito das relações raciais e pela política de silêncio em torno do debate, as barreiras raciais. Assim,

considerar o racismo no Brasil como um fenômeno somente de classe

significa, em outros termos, reafirmar o mito de democracia racial e desconsiderar a realidade concreta das desigualdades

institucionais, as estruturas raciais no campo da educação, saúde, emprego e habitação, a discriminação racial no acesso a serviços públicos e no acesso a serviços públicos e no acesso a serviços públicos.

demanda criada pelos movimentos. Nesta relação cabe ao partido, por meio de Dizer que os negros (as) organizados no PT implica necessariamente

compreender o seu papel, com vistas a realizar mudanças no que diz respeito às desigualdades raciais.

A reforma organizativa, a reestruturação da organização do partido, a aprovação de estatutos e a regulamentação das atividades do partido.

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT reafirmando o programa

raça e classe, tem exatamente estes objetivos, isto é, organizar a militância

para e garantir a formação, capacitação e articulação de negros e negras do PT, contribuir com a construção e organização partidária nos estados e

## TESE -4

# COMBATE AO RACISMO NO CENTRO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

## **O PARTIDO COM A CARA, A LUTA E O SUOR DO POVO BRASILEIRO**

### **O PARTIDO DOS TRABALHADORES A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PARA O POVO NEGRO.**

***“Contrariando a história oficial, a trajetória dos negros/as no Brasil foi, desde a origem, marcada por incansáveis períodos de luta e intensa participação política. A resistência negra ao regime escravocrata pode ser considerada o primeiro movimento social de destaque na história do país”.***

Com esta afirmação iniciamos este manifesto e convidamos toda a militância negra do Partido dos Trabalhadores para juntos edificarmos um novo período na construção da secretaria nacional de combate ao racismo do PT.

### **Sem medo de ser feliz**

A idéia de formação de um partido de trabalhadores é tão antiga quanto à formação da própria classe trabalhadora e no Brasil este processo se deu com o sequestro dos negros e negras que foram escravizados.

Ao engajarmos na construção do Partido dos Trabalhadores trazemos para o centro de nossa militância o compromisso de construirmos cada vez mais um organismo político que seja a principal referência das classes populares e oprimidas na luta pela sua emancipação, por suas efetivas liberdades democráticas e por participação política.

Reafirmamos o nosso compromisso intransigente com a democracia plena a ser exercida pelo povo negro e com o projeto de transição socialista-democrática que fundamenta os pilares para a superação desta sociedade amparada em valores racistas, homofóbicas, machistas, patriarcais e rentistas que mercantilizam as relações humanas.

As tarefas do PT na busca pela construção de uma sociedade solidária, feminista, antihomofóbica e que elimine de uma vez o racismo e que respeite por igual sua diversidade étnico-racial somente se viabilizarão se contiver em seu centro programático a síntese de um projeto político para o povo negro, pois compreendemos que não há socialismo com racismo e nem superação plena do racismo separada da conquista de uma sociedade socialista e democrática e livre de qualquer forma de violência e preconceito.

### **O partido com a cara, a luta e o suor do povo brasileiro**

Nossa estrutura social guarda na sua complexidade os componentes econômico-social, racial, de gênero, cultural, as quais, juntas, ampliam as desigualdades, impõem opressões concretas e promovem exclusões. O racismo é uma realidade opressiva e estruturante das relações que definem o acesso aos recursos, hierarquizam as relações de poder e condicionam pensamentos, idéias e instituições.

No Brasil o racismo está enraizado no imaginário e na estrutura sócio-econômica, cultural e institucional de nossa sociedade, e dessa forma deve ser compreendido. Mais que uma simples assertiva, o avanço dessa percepção é produto da luta do movimento negro que rompeu o cerco ideológico da chamada "democracia racial".

Por muito tempo, essa ideologia vigente disseminou a falsa noção da harmonia racial, manteve o Estado avesso ao drama da exclusão dos negros e negras serviu funcionalmente ao processo de exploração capitalista no Brasil.

Em quase todos os indicadores econômicos e sociais, observamos a ampliação do abismo social entre negros e negras e brancos/brancas com relação a emprego, renda, escolaridade, acesso à justiça e poder. O drama social acomete com maior gravidade o povo negro, que habita as favelas e periferias desestruturadas, tornando-se presa fácil da criminalidade, que assiste seus jovens serem mortos pela violência urbana e enfrenta a dura batalha por melhores condições de vida e cidadania.

O Brasil cresce e se desenvolve, promove políticas sociais e afirmativas, mas a desigualdade étnico-racial se mantém. O racismo demonstra sua plasticidade, reciclando-se e demonstrando sua capacidade de seguir determinando lugares e não- lugares dos negros e negras.

Ao ser fundado em 1979, o Partido dos Trabalhadores teve sua origem no novo sindicalismo, nos movimentos populares urbanos, em parte da intelectualidade, na ala progressista da igreja católica como também por organizações marxistas assim como pela militância negra organizada. Desta forma, a construção do PT representou a ruptura com os padrões tradicionais da organização partidária no Brasil.

Concomitante à grande efervescência política que culminou na criação do PT, a reorganização do movimento negro brasileiro representou a retomada dos processos políticos pelos movimentos de base na sociedade, objetivando a luta contra a discriminação racial, a busca pela emancipação política, econômica e cultural dos negros e negras.

Nesse contexto, o movimento negro e o PT emergiram como forças políticas identificadas com as classes e grupos explorados. O movimento negro preocupado em desvelar o mito da democracia racial e enfatizar a condição oprimida e explorada do negro na sociedade brasileira; o PT em promover a participação política da classe trabalhadora, apresentando-se na arena política como um veículo de expressão dos interesses dessa classe e de todos os excluídos da política.

A militância negra integrou-se na construção do PT como uma expressão partidária de seus interesses políticos gerais e específicos; o faz em razão de identificar-se com o projeto político de um partido de trabalhadores/as e pelo que ele representa em termos de contestação à ordem e de ruptura com a tradição conservadora da política brasileira.

### **Um partido a altura dos nossos sonhos e desafios.**

A chegada de uma coalizão dirigida pelo PT ao governo central do país significou uma mudança qualitativa na correlação de forças entre as classes sociais. A formação de um bloco democrático com forte apelo popular deu um salto de qualidade no enfrentamento ao projeto neoliberal que já naquele período vivenciava uma grave crise estrutural.

O processo político desencadeado pelas três vitórias consecutivas do PT nas eleições nacionais possibilitou derrotar democraticamente e sistematicamente o receituário neoliberal que dominava o Brasil desde o início dos anos 90 do século passado.

Uma vez derrotada a perspectiva neoliberal no governo central do país, o Brasil passou a perseguir outra trajetória. Dados recentes reposicionaram o país na 6ª posição do ranking entre os países de maior economia do mundo, com recuperação da importância relativa do rendimento do trabalho, apresentando nos últimos dez anos um número superior a 21 milhões de novos postos de trabalho, assim como melhoria nos padrões salariais mínimos e médios.

A alteração na configuração da pirâmide social, resultado dos recentes avanços do mundo do trabalho sobre o capital, aponta para o fortalecimento de uma correlação de forças no interior

da sociedade posicionando novos elementos nesta disputa, visando promover a inclusão de uma significativa parcela da população brasileira que sempre esteve à margem da dinâmica de acesso aos bens básicos de civilização, com especial atenção para a população negra.

Ao propormos a construção de um novo período para o PT, apresentamos como novidade a síntese, em uma mesma lógica programática, das dimensões antiimperialistas, classistas, populares, laicas, anti-patriarcais e um forte combate ao racismo.

O anti-racismo deixa de ser tratado à margem e é inserido no centro do programa da revolução democrática brasileira.

A revolução democrática, a partir do olhar do povo negro, reconhece e reivindica os valores comunitaristas tão presentes na cultura centrada do povo negro e que compõem o mosaico identitária construção de uma nação, assim como a riqueza advinda das contribuições dos povos africanos no processo de formação dos elementos simbólicos que constitui e enriquecem a nossa sociedade, como a nossa cultura, nossa língua, os costumes, o apreço incondicional pela liberdade e a coletivização das relações humanas.

### **Se a vida ensina, somos aprendizes!**

Ao reconstituirmos nossa trajetória e a partir dela avaliarmos os avanços e retrocessos que obtivemos nas últimas três décadas, nos deparamos com uma perda no referencial que o PT detinha sobre significativa parcela dos movimentos populares.

Esta perda de referencial pode ser compreendida como resultado dos processos de alianças implementadas pelo PT na construção do bloco político que permitiu as vitórias de Lula e Dilma assim como uma disfunção burocrática por parte de nossos/as dirigentes partidários que não conseguem mais dialogar com os movimentos populares que sempre contribuíram na construção do partido e do seu programa com especial atenção para o movimento negro.

A secretaria nacional de combate ao racismo do PT, instituída em 1995 fruto de intensos debates travados pela militância negra, tem o objetivo de levar ao centro das discussões programáticas o caráter estratégico da luta no combate ao racismo e aprofundar o enraizamento do nosso partido na população negra, nos seus movimentos, conquistas e esperanças.

Passados estes anos hoje nos deparamos como uma atuação que pouco nos remonta a proposta original que culminou na sua criação. A SNCR-PT vive um período crítico, encerrada em si mesma, com sua atuação limitada a pequenas disputas de espaço dentro do PT.

O aprofundamento de praticas antidemocráticas e sectarizantes visando diminuir a incidência da nossa pluralidade partidária vem promovendo uma disfunção e um profundo quadro de isolamento quanto às atribuições da secretaria e grande fragilidade frente aos desafios do PT quanto a sua interlocução com movimento negro.

Ao propormos esta análise desejamos convidar as companheiras e companheiros militantes do combate ao racismo do PT a retomarmos as discussões sobre o verdadeiro e efetivo papel dos setoriais de nosso partido, que para além de reunir e organizar internamente nossa militância, seja também fonte de contribuição às potencialidades socialistas-democráticos do PT e a necessária ponte de interlocução e apropriação das bandeiras e lutas dos movimentos populares organizados em nossa sociedade.

Forjado na luta do povo negro e trabalhador é imprescindível que com este mesmo povo nós continuemos nossa trajetória.

### **Vem sambar no meu terreiro**

A exemplo das cerimônias populares de matriz africana, convidamos toda a militância negra a se engajar e construir este importante instrumento que é a secretaria nacional de combate ao racismo do PT. Para nós este espaço deve expressar as tradições e cultura de nosso povo, que nas suas origens africanas, cultua o respeito a diferença e a solidariedade entre as gerações, gênero, orientação sexual e classe.

Nossa proposta visa uma construção coletiva, a retomada do projeto político de um partido para o povo negro concatenado com nossas lutas e aspirações por uma sociedade igualitária e democrática.

Por meio da simbologia do samba e do terreiro reivindicamos nossa autonomia, nossa histórica resistência e nossa contribuição somada à luta do povo negro brasileiro orientando assim nossas alianças com os demais setores oprimidos de nossa sociedade que também compreendem o PT como um instrumento fundamental na luta rumo a nossa libertação.

**Ivonei Pires é Ex- Secretário de Combate ao Racismo do PT-BA**  
**Coordenador do Movimento Negro Unificado na Bahia**  
**Bacharel em Direito e assessor de Promoção da igualdade da Assembléia Legislativa da Bahia**  
**Candidato a Secretario Nacional de Combate ao Racismo do PT**

## TESE - 5

### O QUILOMBO- CNB

*Tese da Chapa O QUILOMBO - CNB.*

#### **O QUILOMBO- CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL COM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, IRRESTRITA E INCLUSIVA.**

Vimos já de algum tempo construindo propostas para todo o Brasil, tratando da dimensão racial nos seus mais diversos matizes. Através de intenso trabalho de pesquisa, debates, formação de grupos temáticos, plenárias, seminários regionais e grupos de estudos, realizado por cidadãos e cidadãos que acreditam na construção de um modelo quilombola de ser, no desejo e na esperança de construir um estado, um país e um mundo com justiça **racial** e social. Importante destacar que, desde 1967, o Brasil participa e é signatário dos Acordos, Tratados e Conferências Internacionais, contra o Racismo, as Discriminações Raciais e Xenofobia.

Hoje temos, além das bandeiras históricas uma série de processos em andamento que nos leva a crer da necessidade de debater com mais profundidade temas como: *desenvolvimento, emprego e renda, segurança, saúde, educação, políticas sociais e de garantia de direitos, infra-estrutura e território, gestão do estado, participação cidadã e controle social, a partir da dimensão racial.*

**Desenvolvimento** – É necessário construirmos um novo Brasil, respeitando as estruturas e as potencialidades físicas, social e humana do país. E de todos nós que o compomos.

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia, e a nossa Presidente Dilma protagonizam no cenário mundial, um papel relevante na execução da inclusão dos negros e negras no mercado de trabalho com adequada distribuição de renda. Quando pesquisas mostram cenários preocupantes como: 22 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza donde 70% são de negros e negras. O governo desenvolve trabalhos na geração de mais e mais empregos ao tempo em que ancora na educação, em todos os níveis, capacitando a nossa população qualificando esta mão de obra facilitando assim o acesso do povo negro nesses postos de trabalho.

**Segurança** - As instituições brasileiras que trabalham diretamente com o tema atuam e cristalizaram uma visão eminentemente racista e discriminatória em relação ao povo negro e em especial a juventude negra, o atendimento à transversalidade neste setor passa, necessariamente, pelo racismo expresso na ação dos órgãos responsáveis pela ação na área da segurança pública de maneira geral. Desnecessário dizer do clamor nacional sobre o tema.

**Saúde** – “Implantação definitiva do SUS em todo o território com o olhar para a saúde da população negra considerando uma verdadeira reforma estrutural do sistema de saúde no Estado brasileiro, cumprindo com todos os compromissos

*PT, contribuir com a construção e organização partidária nos estados e*

firmados pelo governo Lula em relação a esta área reafirmando e fortalecendo os princípios do SUS. Educação – Implantação da lei nº 10.639/03 em toda a estrutura de ensino do Estado brasileiro. Possibilitando a elaboração de projetos políticos-pedagógicos que proporcionem não só à população negra acesso a sua história e origem, a partir de uma visão interdisciplinar e integral, considerando a diversidade e a pluralidade racial da sociedade brasileira.

Políticas sociais e de garantia de direitos – Neste item temos como ponto de partida a produção de ações afirmativas que nos leve à construção de políticas públicas sólidas perante toda a estrutura de governo no sentido de reconhecermos em todos os espaços da gestão a presença das políticas consolidadas atendendo a todos e em especial a população negra nas suas mais diversas necessidades e anseios.

Infra-estrutura e território – É evidente que qualquer dos temas que viermos a tratar, quer seja no âmbito das políticas públicas quer seja das relações econômicas estaremos sempre nos reportando a um lugar. Portando uma determinada infra-estrutura para suportar a proposta que se pretenda. No território e na infra-estrutura estarão sempre apoiados os elementos que compõem a integralidade e transversalidade dos processos. Mapear e identificar a posição da população negra no nosso território é de fundamental importância para que possamos definir, com precisão, os espaços urbanos com uma incidência maior do nosso povo.

Quando, no documento, enunciarmos os novos empreendimentos, naturalmente temos que considerar rede estruturada de circulação envolvendo rodovias, estradas vicinais, ferrovia, hidrovias, metrô, aerovia, trilhas, ciclovias, etc.

A transversalidade surge como um dos elementos fundamentais em dois sentidos. No sentido próprio da palavra, quando define a presença do tema nos diversos setores dos governos e quando verificamos a necessidade de construção de agregação de vários entes na construção de um objetivo. Exemplo: Regularização fundiária das terras dos quilombolas.

Neste ponto se faz necessário uma leitura coletiva da questão quilombola, do racismo institucional e a produção de um nivelamento para que tenhamos uma equipe que, efetivamente, responda criativamente esta questão. Buscar provocar, com novas formas de elaboração e execução das ações, um choque de gestão.

Participação Cidadã e controle social – O carro chefe é a constituição de um ente de caráter participativo onde se faz necessário construir uma proposta que efetivamente tenhamos uma ação que envolva toda população. Naturalmente que as dimensões, racial e de gênero deverão estar presentes.

O Partido dos Trabalhadores foi forjado no seio dos movimentos sociais e sempre estabeleceu um diálogo de forma a respeitar a soberania, autonomia e as demandas criadas destes movimentos. Nesta relação cabe ao partido, por meio de sua ação programática e suas administrações, criar condições para atender as reivindicações e necessidades da organização social.

O aprimoramento de alguns pontos da nossa organização é urgente e necessário. A reforma organizativa, a reestruturação dos Núcleos, o debate e luta pela aprovação da regularização das terras quilombolas e o item que trata das cotas que não foram aprovados no do nosso Estatuto da Igualdade Racial

Os partidos de esquerda acreditavam que a dimensão racial sempre fora ligada a questão de classe, sem perceber a intrusão da ideologia racial eurocêntrica no eixo desse debate. Devemos trabalhar no sentido de produzir a identidade negra do Partido dos Trabalhadores.

Assim é que viemos, junto aos nossos pares do Partido dos Trabalhadores, em nível nacional, encaminhar a nossa tese que busca trabalhar os princípios das resoluções definidas no nosso último congresso onde afirmamos um Socialismo petista, O Brasil que queremos e o PT: uma concepção e funcionamento. Devemos defender, por tanto, temas como: A inclusão das cotas e a regularização dos territórios quilombolas no nosso Estatuto da Igualdade Racial; a produção do plano de promoção de igualdade racial para os governos municipais e estaduais; criação de programa de saúde da população negra ampliando a oferta de assistência especializada para todas as doenças com recorte racial. Especialmente anemia falciforme; Incluir a discussão da juventude negra nas dimensões de educação, cultura, esporte e lazer, considerando que os jovens devem ser contemplados em todos os demais setores; combater as formas violentas que são impostas às mulheres negras como modelo ideal de beleza na nossa sociedade que fere a auto-estima das mulheres negras, estabelecendo políticas de enfrentamento à violência contra a mulher; Implementar política de inserção no mercado de trabalho assegurando o acesso à educação com tratamento digno à sua orientação sexual e identidade de gênero. Em especial às negras e negros travestis e transexuais; Implementar políticas de formação inicial e continuada para potencializar educadoras/es e servidoras/es promovendo uma educação não racista, não machista, não homofóbica e não lesbofóbica; Garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras lésbicas na qualidade de informação junto ao SUS; realizar diagnóstico para identificar perfil econômico das comunidades quilombolas considerando as especificidades de cada região; garantir principalmente para as comunidades quilombolas acesso a créditos específicos e a assistência técnica para as diversas formas de geração de trabalho e renda dessas comunidades. (identificadas mais de 3.000 comunidades pela SEPPIR) e a implementação de políticas agrícolas com valorização da cultura familiar para o desenvolvimento sustentável; garantir políticas de trabalho e geração de renda direcionada às famílias negras indígenas e quilombolas, priorizando a juventude; implantar o Programa de Combate ao Racismo Institucional em todas as áreas da administração pública; construção das conferências Estaduais e da nacional de Promoção da Igualdade Racial.

**“Nossa democracia interna deve estar marcada fortemente por valores que queremos ver inscritos no mundo.”**

*Subscvem a tese:*

*José de Oliveira – Coletivo O QUILOMBO – CNB.*

*Pedro Cavalcante – Membro do Coletivo da SNCR/PT e do Coletivo*

*O QUILOMBO – CNB.*

*Adeildo Araújo – Coletivo PT Militante.*

## **Violência policial e vulnerabilidade social**

A realidade histórica da exclusão e violência contra negros não se dão isoladamente. Violência policial e vulnerabilidade social (racial) formam um conjunto coerente, indissociável. As ocorrências se multiplicam por inúmeras cidades, é problema nacional e estrutural na conjugação das balizas de



## TESE -6

# COMBATE AO RACISMO E O CAPITALISMO COM RAÇA, GÊNERO E CLASSE

### **Combater o racismo e o capitalismo**

A Articulação de Esquerda defende que o combate ao racismo e a toda forma de preconceito, intolerância racial, religiosa e correlata faz parte da estratégia socialista.

No caso do Brasil, a principal dimensão do racismo é aquele que atinge negros e negras.

A análise das condições políticas, econômicas e sociais dos negros e negras inclui a formação social do Brasil, a relação entre escravidão e capitalismo, as raízes estruturais do racismo e os avanços relativos ocorridos durante os governos Lula e Dilma.

Passa ainda pelo entendimento do grau de organização e da posição adotada pelos movimentos negros brasileiros, pelas organizações dos trabalhadores e pela esquerda brasileira frente ao racismo e a adesão ao projeto capaz de superá-lo.

As duas formas de considerar o entendimento do sistema racista no Brasil, a partir da sua base estrutural e da dinâmica conjuntural, são complementares e interdependentes. Em outros termos, elas possibilitam uma leitura da conjuntura e do trabalho tático a ser desenvolvido e, por outro lado apontam de modo radical, na raiz, a questão estrutural concernente à superação do capitalismo, em cujo núcleo, de modo inseparável, estão contidas as desigualdades de classe e raça. .

Classe e raça, de modo indissociável, são indispensáveis para a superação do racismo e igualmente para a superação do capitalismo no Brasil. Compreensão que se aplica, na mesma medida, para a superação das desigualdades raciais.

### **Os avanços relativos na era Lula-Dilma**

O governo Lula assumiu em 2003, um país empobrecido e hegemônico pelas políticas assentadas no neoliberalismo. A presença absoluta do neoliberalismo disseminava, do ponto de vista ideológico e político, a concepção de um Estado mínimo e privatista.

Inicialmente o governo Lula, através da SEPPIR e da atuação de vários quadros dos movimentos negros criou instrumentos institucionais, administrativos e

*Estamos todos caejados*

*Racismo aqui é vaiado*

*E o Racista tem manipulado*

*As leis do homem e de Deus*

*Mas Cá estamos reunidos*

*Com o mesmo objetivo de eleger um coletivo*

*Que seja Proponente e de liberador*

*Diversas serão as reuniões*

*Idéias Teses e Resoluções*

jurídicos para delimitar um campo estabilizado e denominado de promoção da igualdade racial. Todas as conquistas foram construídas pela ação, pressão e orientação dos Movimentos Negros e de quadros históricos ligados ao antirracismo e também ao PT.

Além da própria SEPPIR, avulta nesse processo a Lei 10.639, que trata da obrigatoriedade, nos estabelecimentos de ensino do país, da história e dos aportes civilizatórios dos povos negros presentes no território nacional e na diáspora.

Fome zero, Bolsa família, Luz Para Todos, Minha Casa - Minha Vida e outros programas educacionais, culturais e de cunho social de grande alcance popular foram combinados com políticas para negros (as), comunidades quilombolas e indígenas. Muitos negros (as) saíram da condição de indigência, mas precisamos de muito mais.

#### **Como alterar substantivamente as condições de vida de milhões de negros/as?**

Se a atual política governamental não atinge os milhões de negros (as) que vivem em condições de subcidadania, sua capacidade de superar as desigualdades raciais tem limites. Podemos apontar para a necessidade de outro posicionamento dos Movimentos Negros, da esquerda e governos petistas brasileiros. Isto se considerarmos que o crescimento do país, a redistribuição de renda, a taxa de analfabetismo, os dados relativos à violência, o acesso aos bens culturais, materiais e de representação no poder estão muito longe de resolver a questão das desigualdades raciais.

No que toca aos Movimentos Negros é necessário um posicionamento além do onguismo e da luta meramente institucional. Elas não bastam. O processo de onguinização de setores do Movimento Negro e a luta nos limites institucionais são entraves para uma política radical negra. Mesmo no limite do Estado que temos, é preciso negros no aparato de governo para encaminhar mudanças radicais. Mas o onguismo ou onguinização de setores do movimento negro, inclusive nos pontos de cultura, é fator de desmobilização. Há um processo de subordinação política, de muitos quadros do MN, ao governo federal, principalmente. Outro limite, sem dúvidas, é a adesão tímida da esquerda e dos não-negros ao antirracismo.

### **A esquerda e a superação do racismo**

A esquerda continua resistente a incorporar a dimensão racial como estrutura fundante das desigualdades sociais no país. As esquerdas brasileiras sempre hesitaram em assumir a questão racial ou a reduzem como uma consequência da luta de classes. É preciso alterar essa visão e forma de intervenção. Pela leitura dos dados, pela compreensão de como se estrutura o racismo e o capitalismo no Brasil, fica evidente a necessidade de construção de um projeto que incorpore a dimensão, inseparável, de classe e raça. Questionar o modelo capitalista de organização social, no Brasil, só é possível se questionarmos o modelo de resistência a ele. Sem compreensão do fenômeno racial e sem outros métodos de intervenção, só teremos avanços relativos.

Os avanços são relativos pela seguinte razão: o modelo de resistência ao capitalismo tem deixado de lado (ou não considerado adequadamente nas suas formulações) as bandeiras de luta dos negros e o projeto de superação das desigualdades raciais. Precisamos de outra leitura, de outros conceitos e de políticas que considerem o território, o espaço, o lugar, a corporeidade negra, isto é, que leve em conta as relações e as desigualdades raciais e o racismo como sistema, a propósito, como comprovam as relações existentes entre o genocídio da população negra, a violência policial e institucional, e os dados da realidade concreta das desigualdades socioespaciais (locacionais), ocupacionais e educacionais.

### **Dados que revelam a situação de exclusão e confirmam avanços apenas relativos**

Classe e raça, a parêntese irreduzível, estão na base dos índices de vulnerabilidade à morte especialmente pela ação e execução organizada pelo sistema policial brasileiro e pelos homicídios em incontáveis situações. A morte de negros, notadamente jovens de 15 a 26 anos, não gera comoção, não é objeto de mobilização. Nos últimos 10 anos o país registrou 522 mil homicídios. Os assassinados, jovens negros na sua absoluta maioria, são moradores das áreas urbanas destituídas de saneamento básico, equipamentos culturais e de toda a monta de benefícios sociais. As condições socioespaciais são bem explicativas da relação inquestionável da violência, do genocídio da população negra e da segregação espacial.

Desde meados dos anos 80 é pesquisadora em temas de gênero, raça e classe social. Foi coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Classe da Universidade Federal de São Paulo (UNESP) e do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Classe da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrou o Coletivo da SNCR/PT (1995/99) e a Coordenação do Programa de Governo do candidato a Presidência da República – Luiz Inácio LULA da Silva e o Governo de Transição (2002). No PT participa da corrente Construindo um Novo Brasil (CNB).

Em 2001 integrou o Programa de Intercâmbio "Women in Political Leadership" nos Estados Unidos; representou a Prefeitura de Santo André na Rede de Mulheres Mercosul/MERCOSUL e no projeto Gerenciamento Participativo para Área de Mananciais (parceria com a University British Columbia/UBC – Vancouver, Canadá).

No momento desenvolve projetos de consultoria junto a algumas instituições – Central Única dos Trabalhadores, Instituto Observatório Social, Fundação Friedrich Ebert e Fundação Perseu Abramo. Atuou como consultora junto ao Centro de Estudos sobre Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e as Comissões de Mulheres e Negros do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC, em São Bernardo do Campo).

Como professora de graduação atualmente leciona na Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS) e em 2001 lecionou no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas/Unifim na Faculdade de Serviço Social.

Elaborou o texto – "As políticas de igualdade racial no Brasil" (2009, FES – São Paulo/SP) e organizou o livro – "Direitos humanos como direito de todos, sem exceção" (2010, FPA – São Paulo/SP) como parte da coleção "2003-2010 – O Brasil em transformação". Nesse momento coordena elaboração de livro sobre as políticas de igualdade racial, desenvolvido em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES), Fundação Perseu Abramo (FPA), Partido dos Trabalhadores/Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR/PT) com o apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

Presidiu o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CNPIR (2004-2008), a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CONAPIR (2005) e a Conferência Latino Americana de seguimento da Declaração e Plano de Ação de Durban (2006). Teve a

As mortes, o extermínio sistemático sob a alegação de resistência à prisão (pseudo-conflito), ocorrem em profusão em morros, favelas e nas áreas urbanas precariamente investidas de cidadania. Outros casos, na senda do genocídio, são registrados nos espaços potencialmente reservados para “brancos”, ricos, os Shopping Center, os bairros das classes abastadas e universidades públicas de ponta. Em todos os casos, o racismo deixa raiz na configuração socioespacial surdida, de modo inseparável, pela parêntese de classe e raça.

Considerando a mesma faixa etária, pesquisas revelam que o número de jovens negros assassinados chega a quase 2000% em relação aos jovens brancos. Temos, respectivamente, nos estados líderes em assassinatos de negros o quadro seguinte: Paraíba (1.971,2%), Alagoas (1.304,0%) e Salvador (798,5%).

“Dados do Ministério da Justiça revelam que, em 2002, em cada grupo de 100 mil negros, 30 foram assassinados. O número subiu para 33,6 em 2008, enquanto entre os brancos, o número de mortos por homicídio, que era de 20,6 por 1000, caiu para 15,9.” Em 2002, morriam proporcionalmente 46% mais negros que brancos. O percentual cresce de forma preocupante. Uma vez que salta de 67% para 103%. São 103,4% maiores as chances de morrer uma pessoa negra, se comparada a uma branca; sendo 127% a probabilidade de morte de um jovem negro (de 15 a 26 anos) à de um branco da mesma faixa etária.”

33,5 mil jovens negros serão, conforme estudos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a UNICEF e o Observatório de Favelas, executados, no Brasil, de 2006 até o final deste ano de 2012. Dados divulgados oralmente pelo Movimento Cultural Hip Hop, na voz dos Racionais, nos ensinam que jovens negros têm um risco 3 vezes maior de morrer executado pela polícia em comparação aos brancos.

#### **A violência policial é uma totalidade**

Nos atos de violência contra negros, há de modo direto a marca do racismo à brasileira e do genocídio, iniciado de maneira sistemática pós 13 de maio de 1888, isto é, há quase 124 anos, de negros (as), tendo como alvo preferencial a juventude desse segmento etnicorracial. De lá para cá, sem desconsiderar o período de trabalho escravizado, a matança de negros não gera comoção, não tem força para mobilizar e

chamar a(s) esquerda(s) para enfrentar a superação do racismo estruturalmente instalado entre nós. Setores dos movimentos negros brasileiros atuam isoladamente. Esse quadro precisa ser revertido.

Por conta dessa realidade, não basta chamar os movimentos para a mobilização. É preciso chamá-los, sim, sem dúvida, mas considerando uma etapa tática de enfrentamento nacional da violência policial contra negros e pobres e, no mesmo golpe-movimento, participar com aqueles que historicamente enfrentam a violência policial e, na mesma conta, organizar os negros (as) que estão à margem do efetivo combate às desigualdades raciais, os trabalhadores e um amplo campo antirracismo, sempre à esquerda, para atacar, do ponto de vista estratégico, o racismo estruturalmente sedimentado no Brasil. A esquerda tem dificuldade por duas razões: primeiro, entende mal como funciona e se define o sistema racista à brasileira. É preciso entender a realidade concreta do racismo à brasileira, as desigualdades locais, ocupacionais, educacionais e jurídicas ou institucionais, e a sua existência sistêmica com as políticas de branqueamento, mito de democracia racial, fábula de cordialidade no âmbito das relações raciais e a política do silêncio.

Compreendendo o sistema racista em marcha no país, é preciso, estamos diante do segundo passo, compreender o capitalismo no Brasil a partir da inseparabilidade das desigualdades de raça e classe. A violência praticada pelo sistema policial brasileiro, no genocídio da população jovem e negra, revela a inseparabilidade desses atos dos índices de vulnerabilidade social/racial a que estão expostos os povos negros no território nacional.

A violência policial é dialeticamente, como parte do sistema racista brasileiro, uma totalidade. Dialeticamente a parte e o todo estão em movimento. O combate à violência policial exige a compreensão e igualmente políticas para enfrentar o sistema racista. Há uma relação profunda com o desemprego, os baixos salários, as condições socioespaciais (morros/favelas/bairros precários), a identidade frustrada pelos sistemas televisivos e educacionais à moda européia e o isolamento político. A violência contra a população negra não aparece nas análises de conjuntura e menos ainda nas leituras concernentes à compreensão da dimensão estrutural do capitalismo no Brasil. É possível mudar as estruturas fundadas em bases raciais e de classe sem considerá-las efetivamente? A violência contra negros é duplamente explicativa; ela revela o

Brasil Quilombola, PROUNI, PROJovem e Trabalho Doméstico Cidadão; a aprovação da lei 10.639 e do Estatuto da Igualdade Racial; a formalização do vinte de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Esses são exemplos de avanços nas estruturas de governo e na legislação, mas na atual conjuntura, com a violenta reação da direita racista essas estruturas e políticas correm riscos.

Como ponto de partida devemos considerar como eixos estratégicos:

- reforço a ampla intervenção política de caráter nacional da SNCR, considerando a relação intrapartidária entre a direção e os diversos agrupamentos políticos, visando maior internalização do partido das estratégias de superação do racismo;
- manutenção de relações sistemáticas da SNCR com o movimento negro e de mulheres negras, considerando sua diversidade ideológica e organizativa, garantido sempre que possível a realização de agendas conjuntas;
- contribuição no desenvolvimento de estratégias de sustentação política de nossos governos visando à garantia de respostas às demandas da população negra representadas pelo Movimento Negro. Porém, respeitando autonomia

problema e aponta a necessidade de construção de outro método e política para superá-lo.

### **Violência policial e vulnerabilidade social**

Os dados comprovam que os atos de violência racial afetam cada vez mais os negros e mais ainda a juventude negra e os lugares (morros, favelas, áreas urbanas precárias, Shopping Center, universidades, bairros das classes abastadas) e não têm origem unicamente local. Os estados campeões de violência, Paraíba, Alagoas, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros, revelam, de modo emblemático, a relação entre os lugares e uma ordem mais ampla dada pelos estados e país.

O comando-orientação, considerando o Estado Brasileiro e as suas instâncias jurídicas, militar, prisional, é nacional, mas as ações são sentidas nos lugares, na dimensão socioespacial e recortam o cotidiano da população negra.

É vital a significação conjunta das desigualdades locais (socioespaciais), ocupacionais, educacionais e jurídico-institucionais. Assim, para manter os negros (as) segregados em determinados espaços e emparedados em outros, cada ato do sistema policial é uma manifestação de uma totalidade. A objetivação desencadeada pelo sistema policial é uma objetivação do racismo, mas não é a única. As estatísticas, alusivas à vulnerabilidade social a que estão submetidos os povos negros no Brasil, permitem desenhar o mapa da exclusão de negros (as) e reconhecer, sobre o território, áreas de negros, ou seja, favelas, morros, bairros pobres e destituídos de bens materiais e sociais.

Os assassinatos de negros não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos, que são organizados para o extermínio, de acordo com a política racista, para a regulação, no que se refere aos espaços sociais dos negros numa linha de medo, terror permanente, e de limitação da corporeidade e do impedimento de organização, enquanto grupo, desse segmento etnicorracial.

O Estado Brasileiro, apesar de fração dele estar sob governo de caráter democrático e popular, usa, na extensão do território nacional, a violência, materializada por leis ou não, para assassinar negros como corolário de uma política organizada e

- também, é necessária a criação de estruturas públicas a contribuir no reforço as estruturas como a Fundação Cultural Palmares e a Sepir buscando garantir o aprimoramento de suas funcionalidades e orçamento.
- manutenção de diálogo permanente com profissionais e intelectuais negros e aliados que desenvolvem estudos na área racial e alim. de maneira que a produção acadêmica e ações práticas, possam ser apropriadas coletivamente pela militância partidária em nossas ações e formulação políticas;
- estímulo a promoção de estratégias no campo das relações internacionais sobretudo voltadas ao Continente Africano e América Latina e Caribe no que diz respeito aos aspectos econômico, político e cultural (organização de intercâmbios de filiados, eventos, produção e conhecimento);
- contribuição no processo das eleições municipais em 2012, como já fizemos com a campanha "Um voto com raça e com classe", empoderamento de lideranças políticas negras e aliadas a causa racial, visando vinculá-las em processos de formação política, negociando apoios políticos e financeiros as candidaturas, incentivando a participação de mulheres e jovens negros.

orientada pelas classes dominantes e pelas agências constitutivas, à direita, desse mesmo Estado.

Os sistemas policial, militar, jurídico, prisional e todas as esferas de representação e poder são (e foram) erigidos, no espectro do Estado Brasileiro, a partir do ideário racista.

A realidade histórica da exclusão e violência contra negros não se dão isoladamente. Violência policial e vulnerabilidade social (racial) formam um conjunto coerente, indissociável. As ocorrências se multiplicam por inúmeras cidades, é problema nacional e estrutural na conjugação das balizas de segregação e de desigualdades raciais. E nacional também e igualmente estrutural a força dos emissores do genocídio de negros, embora assentada e sentida, não poderia ser de outro modo, nos lugares, nos espaços de vida e cotidiano de milhões de sujeitos da negrura.

#### **A emancipação da mulher negra**

A cultura tem uma influência muito grande no processo de desigualdade entre os gêneros. As mulheres ainda estão sendo educadas para uma formação profissional tradicional pertencente ao nicho feminino, na maioria das vezes, para atividades pouco valorizadas no mercado de trabalho. Mas esse quadro necessita ser revertido porque há cada vez mais mulheres inserindo-se no mercado de trabalho e provendo seus lares com seu salário. O interesse da mulher em aumentar seu nível de escolaridade e aperfeiçoamento também tem crescido. Tal interesse pode estar relacionado às possibilidades de melhorar sua qualificação profissional e como consequência, incrementar os seus rendimentos salariais. Mas a igualdade salarial entre homens e mulheres não está atrelada à qualificação e tampouco à escolaridade.

Todas as dificuldades de gênero apresentadas sofrem um agravante quando associadas às mulheres negras porque essas ainda devem enfrentar o preconceito étnicorracial, deixando claro que existe sim, desigualdades também entre as mulheres, fazendo com que o governo lance um olhar para essa situação e por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, implemente políticas públicas afirmativas visando superar as desigualdades de gênero e raça.

Em 2010 segundo o IBGE os negros (pretos e pardos) representam 50,7% da população brasileira e continuam excluídos do exercício da cidadania, os indicadores socioeconômicos demonstram as barreiras para o acesso a bens e serviços públicos e privados, tornando-os os mais pobres entre os pobres.

Para garantir uma democracia plena e reverter a situação de descaso imposta desde a escravidão, a questão étnico-racial deve constar de maneira continuada e ampliada na agenda estratégica do PT, como impulso para a visibilidade e inclusão na população negra na vida política nacional. Por isso reafirmamos a importância de vincular sempre à valorização das conquistas dos/os trabalhadoras/es a luta por liberdade, direitos e oportunidades travada por mulheres e homens negros, sem isso a história nacional e internacional seguirá sempre distorcida e incompleta. Nesse caminho ressaltam-se importantes momentos – a existência do Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi dos Palmares; as Marchas Zumbi dos Palmares pela Vida e Cidadania (1995 e 2005); e, em âmbito internacional a luta contra a Apartheid e a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (realizada na África do Sul, em 2001).

#### **B - Partido, governo e políticas públicas**

As vitórias eleitorais do Presidente Luiz Inácio LULA da Silva, em 2002 e 2006, lideradas pelo PT, consolidam-se como conquistas construídas pelas mãos dos trabalhadores em aliança com amplos setores da sociedade. Isso trouxe grande

Os dados dos últimos censos e pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam um grande crescimento da proporção de famílias chefiadas por mulheres apontando o fenômeno da feminização da pobreza. As mulheres são maioria na categoria referente às famílias chefiadas por pessoas na faixa dos 15 a 19 anos de idade, colocando a chefia dos lares em condições desfavoráveis para as mulheres principalmente pelo fator da idade mais jovem. Quanto às mulheres negras, os dados relacionados às desigualdades são ainda mais impressionantes, o que aponta que a desigualdade social combina elementos étnicorraciais e de gênero.

O impacto das desigualdades de gênero, considerando-se a questão da “Feminização da pobreza”, estende-se para além da esfera doméstica e fatalmente virá a atingir a futura geração de meninas que já vivem em situação de exclusão e que têm diminuídas as suas oportunidades de almejar a condição de sujeitos de direitos e um futuro diferente da geração anterior. Para a organização das Nações Unidas, a equidade de gênero é indispensável no sentido de promover o desenvolvimento e obter a redução da pobreza. Mulheres com maiores níveis de educação e participação no mercado de trabalho, em geral, estão mais capacitadas a contribuir para a saúde e produtividade de suas famílias e localidades, criando melhores perspectivas de vida direcionadas às novas gerações.

Outro dado que aqui merece destaque é a violência doméstica. É uma das formas mais comum de manifestação da violência e, no entanto, uma das mais invisíveis, sendo uma das violações dos direitos humanos mais praticadas e menos reconhecidas do mundo. Trata-se de um fenômeno mundial que não respeita fronteiras de classe social, raça/etnia, religião, idade e grau de escolaridade.

Segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia (Holanda), que pesquisou a violência doméstica em 138 mil mulheres de 54 países, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica. A cada 4 (quatro) minutos uma mulher é agredida em seu próprio lar, por uma pessoa com quem mantém uma relação de afeto. Mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos. 62%, das mulheres que denunciam situação de violência são negras.

Os serviços de saúde informatizados que não contemplam o "quesito cor", conforme especificações do IBGE, necessitam fazê-lo. A invisibilidade das populações ditas "não-brancas" nas estatísticas brasileiras é uma herança racista que precisa ser banida, portanto o recorte racial da violência é um dado essencial para o combate às práticas racistas.

### **Juventude negra e a violência**

A juventude negra protagoniza os mais alarmantes cenários de precariedade da sociedade brasileira. Ora se tratamos de questões econômicas, ora se no referirmos as questões sociais. Para as questões econômicas percebemos que ocupam os cargos menos qualificados, com poucas condições de ascensão, dificuldade em encontrar uma ocupação, maior informalidade nas relações trabalhistas e menores rendimentos. Além de enfrentarem a pré-seleção curricular quando as empresas e empregadores diversos exigem fotos.

Para as questões sociais, a discrepância das relações estruturais de moradia, saúde e a mais mal fadada repressão policial. Segundo estimativas da Disoc/Ipea, a partir de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datapus), em 2000, a taxa de vítimas de homicídio de jovens negros era de 74,1 por 100 mil habitantes, bastante superior à observada para os brancos da mesma idade, de 41,8 por 100 mil habitantes. Em média, os jovens negros têm dois anos a menos de estudo do que os brancos da mesma faixa etária. Cerca de 11,5 milhões de jovens negros de 18 a 24 anos de idade, o que representa 6,6% da população brasileira. A taxa de analfabetismo, de 5,8%, é três vezes maior do que a observada para os jovens brancos (1,9%).

A juventude negra preocupada com estes alarmantes índices resolveu fazer frente as estas questões e constituindo um movimento de denuncia que culminou no Fórum Nacional de Juventude Negra, espaço de articulação e proposição de políticas de combate a discriminação racial para este segmento.

- Constituir os Fóruns Regionais de Secretários Estaduais de Combate ao Racismo do PT;
- Apresentar junto ao Diretório Nacional proposta de ações para a agenda da Fundação Perseu Abramo;
- Formalização do GT África com a finalidade de construir em parceria com a Secretaria de Relações Internacionais a relação com os partidos de campo de esquerda do Continente Africano;
- Fortalecer a aplicação da resolução aprovada no XV Encontro do Fórum de São Paulo na Argentina em março de 2010, que consiste em realizar oficina da temática Combate ao Racismo em seus encontros anuais consolidando a relação político-partidária com os partidos do campo de esquerda da América Latina, Caribe e África;
- Apresentar proposta ao Diretório Nacional para que a Secretaria Nacional de combate ao Racismo tenha assento no Conselho Nacional de Formação e que nos Diretórios

### **Religião como resistência contra hegemônica**

Principais religiões afro-brasileiras, o candomblé e a umbanda tem forte penetração no país, especialmente em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e na Bahia. Em 1991, existiam quase 650 mil adeptos, de acordo com o censo do IBGE. Estudiosos dessas religiões estimam que quase um terço da população brasileira frequenta um centro. Esse número inclui tanto os frequentadores assíduos quanto os esporádicos, que muitas vezes estão ligados também a outras religiões.

A religião afro-brasileira consegue num movimento de resistência manter vivos os referenciais da ancestralidade africana, num pleno combate a submissão cultural e política imposta como consequência de todo o regime escravocrata. A cultura dos africanos foi desprezada pelos descendentes europeus no Brasil que rejeitaram a teoria e prática na tentativa da construção do mito da democracia racial e por fim a extinção do negro no Brasil.

Ao renegar a cultura africana a condição de simples folclore aliena-se a identidade do homem transformando-o em um não-ser que a elite branca domina e manipula. Omitindo a importância de se admitir a matriz cultural africana como formadora da identidade nacional.

### **Questão urbana e limpeza etnicorracial**

Tivemos em Campinas de 2008 a 2011, como parte de um programa do governo municipal, um programa denominado de Tolerância Zero, programa fascista e racista que visava, entre outras formas de violência, prender, matar e ainda devolver andarilhos, adictos, desempregados migrantes, moradores de rua e sem teto para as suas cidades de origem. O programa de sanitização urbana feito em Campinas, revogado pela luta dos movimentos sociais e PT, chama a atenção para projetos semelhantes em marcha no país e especialmente nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e outras que sediarão os jogos da copa de 2014.

Quantos negros vão morrer nas ações policiais para viabilizar para a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, do ponto de vista da indústria turística, imobiliária e televisiva, os programas de “pacificação” no Rio de Janeiro e a limpeza etnicorracial do entorno dos bairros da zona sul e dos equipamentos e sistemas técnico-esportivos?

Racial;

- Lutar para que o Partido dos Trabalhadores assuma em seu conjunto a luta pelo combate ao racismo e defenda junto à sociedade e ao governo brasileiro uma agenda de políticas públicas que contribua para superação do racismo no Brasil.

13- Convencidos de que a militância política no PT constrói em nós a liberdade de contribuir para a liberdade da sociedade brasileira, neste caso em especial da população negra, apresentamos a tese da Chapa Construindo Um Brasil Sem Racismo como meio de reflexão e como formulação para que se tome não apenas resolução, mas também uma profunda revisão de comportamento e de prioridade na estrutura interna do Partido dos Trabalhadores.

Quantas favelas e morros serão duramente destroçados para proteger os ricos, criminalizar a pobreza e a presença negra?

Quantos negros vão morrer nos programas de sanitização etnicorracial e urbana empreendidas nas cidades sedes da copa do mundo e na cidade do Rio de Janeiro nos dois eventos, copa do mundo e Olimpíadas? Ações racistas, higienizadoras, virão em profusão e em várias frentes. As comunidades negras, que moram no entorno dos sistemas técnicos e esportivos nas cidades do Rio de Janeiro e nas outras capitais sedes dos jogos de 2014, entrarão nas estatísticas do genocídio, prisões e deslocamentos sumários de parcelas significativas de negros (as) para áreas distantes do ponto de vista geográfico e social.

#### **Mais dados e mais exclusão**

Vários órgãos de pesquisa apontam para a vulnerabilidade social de negros (as) no acesso à educação, à moradia, ao trabalho, à terra e à justiça. De acordo com o IBGE, os negros representam 70% dos cerca de 14 milhões de analfabetos do país. Nas universidades públicas federais temos 0,7 de docentes negros. Em 2007, entre a população branca com mais de 16 anos, 5,6% frequentavam o ensino superior, enquanto entre os negros esse percentual era de 2,8%. Mesmo com as políticas afirmativas e com a ação comunitária dos cursinhos para negros e carentes, no ensino superior, de 1997 a 2007, o ingresso de negros com mais de 16 anos aumentou apenas 1,8% (de 1 para os atuais 2,8%) . O percentual acima é produto não tão-somente das políticas governamentais, mas da organização e luta promovida pelos cursinhos para negros e carentes. O que expõe ainda mais os limites das políticas voltadas às desigualdades educacionais. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego é de 105% entre negros e de 8% entre brancos. Relatório global sobre a igualdade no trabalho 2011, aponta que embora seja 45,5% da população ativa, a participação de negros no universo da população desempregada total é de 50,5%. Nas 500 maiores empresas brasileira, de acordo com o Instituto ETHOS, o número de negros nos cargos de gerência e direção segue abaixo do número de brancos. Em 2010, negros representavam 5% dos executivos e 13% dos gerentes. As mulheres negras representam apenas 0,5% dos cargos de chefia ou gerência. No geral as mulheres negras ganham em média 70% menos que o homem branco e metade do que ganha o homem negro. O lugar da mulher negra na força de trabalho tem dimensão trágica. Dados informam, o que é expressivo

9- E não foi só na área econômica. Durante os governos do PT foram implantadas políticas públicas de inclusão específicas. Na promoção da igualdade racial tivemos a criação da secretaria especial que em seguida teria status de ministério; implantação da lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de história da África e cultura afro-brasileira; aprovação e sanção do Estatuto da Igualdade Racial, que apesar de não ser o que queríamos torna-se o primeiro marco legal que sistematiza a legislação de combate ao racismo e da igualdade racial.

para compreender a extensão do racismo no Brasil, que as mulheres brancas ganham em média mais que os homens negros.

#### **Estatuto da Igualdade Racial, cotas, quilombolas e religiões de matriz africana**

O Estatuto não avançou em áreas cruciais para a cidadania negra; reivindicações históricas e nucleares na ótica dos movimentos negros não foram atendidas. O Estatuto, depois de anos e anos de discussão e da tenaz oposição dos setores reacionários do Congresso Nacional, parte da grande imprensa e de parcela da sociedade brasileira, foi aprovado sem contemplar, entre outras, as cotas nas Universidades, nos serviços públicos e espaços de representação internacional. A titulação de terra das comunidades quilombolas foi excluída do texto final. O documento aprovado não inclui políticas, meios jurídicos e sociorraciais, para conter o genocídio da juventude negra.

A questão quilombola, a luta por cotas, o combate à violência policial e/ou ao genocídio da população negra e jovem e as religiões de matriz africana ativam, no plano tático e estratégico, um campo encruzilhado e essencial, pelas tessituras que promovem com a parêntese de classe e raça e a dimensão socioespacial, para a sistematização do projeto radical de superação das desigualdades raciais.

De acordo com relatório publicado pela Comissão Pró Índio de São Paulo, o saldo de 2011, para os quilombolas, foi uma titulação e várias ameaças de morte. Enquanto não há avanços na titulação de terras, “conforme o relatório, dois casos chamam a atenção pela violência gerada pela indefinição jurídica, o de Manuel Charco, no Maranhão, ameaçado de morte; e o caso da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, em conflito com a Marinha do Brasil no estado da Bahia.”

Independente do Estatuto da Igualdade Racial, as cotas, uma medida tática necessária para combater o racismo, a questão quilombola, o genocídio da população negra, as políticas para as religiões de matriz africana e as desigualdades alinhavadas pela parêntese de classe e raça são desafios que precisam de políticas e de formulação, num movimento de alcance nacional e articulado com os movimentos negros e sociais, para ter eficácia e condição funcional e orgânica na superação do racismo. Cresce, assim, o desafio conjunto dos movimentos negros e do PT.

#### **Comunidades quilombolas: conceito, processo de luta e projeto civilizatório**

11- A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT torna-se instância do Partido dos Trabalhadores em 1995 tendo a principal função de formular políticas referentes ao tema Combate ao Racismo, organizar a militância petista no Brasil em seus diretórios, estabelecer o diálogo com as demais instâncias partidárias e articular junto ao Movimento Social Negro Brasileiro respeitando sua autonomia. Durante seus 17 anos a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo consolida as ações executadas ao longo de sua existência, se torna internamente no PT uma das Secretarias Setoriais fundamentais para a vida ativa do partido, para a confirmação do modelo político do campo democrático e popular de esquerda e com ideais socialistas.

12- Nós da Chapa Construindo um Brasil Sem Racismo, militantes petistas de 23 estados do Brasil incluindo o Distrito Federal entende que vivemos um dos momentos mais importantes da militância

No mês de fevereiro de 2012, de acordo com texto divulgado pela Fundação Palmares e num contraponto com as informações de 2011, houve o autorreconhecimento da comunidade da Baía de Formosa, localizada em Armação dos Búzios. Ainda no mês de fevereiro e no litoral do estado do Rio de Janeiro, a Fundação promoveu o autorreconhecimento da comunidade Santa Rita de Bracuí, no município de Angra dos Reis. O autorreconhecimento, uma certidão expedida pelo Estado Brasileiro e assinada pela Fundação Palmares, instância do governo brasileiro, é o caminho que conduz à titulação de terra, etapa indispensável para as garantias legais e de uso coletivo. Não é demais reafirmar que com a titulação a terra passará, em todos os casos alusivos às comunidades quilombolas, a ser propriedade de uso coletivo, inalienável, seguindo tradição ancestral de utilização da terra.

O processo de luta, de inúmeras comunidades em território nacional, tem origem no período de trabalho escravizado. O processo é secular e envolve a luta pela terra e a manutenção de uma cosmogonia afro-brasileira. Os quilombos são espaço para a manutenção das heranças imateriais, religiosas, lingüísticas, culturais e igualmente espaço pelo qual a comunidade compartilha projetos e experiências fundamentais para o futuro e para a superação das desigualdades de classe e raça. Os quilombos, a exemplo das mudanças alicerçadas no socialismo, apontam para um novo projeto civilizatório.

O processo de luta, na conjugação com a dinâmica de luta dos negros no período de trabalho escravizado e na saga dos movimentos negros e quilombolas, renova os significados dos quilombos para atender necessidades atuais de luta do povo negro. Assim, o conceito é renovado no processo histórico de luta. Quilombo, respeitando a dinâmica dos movimentos negros e tradição transitiva dos próprios quilombolas, não se refere estritamente a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica.

O conceito etnicorracial, conforme o entendimento dos movimentos negros, redefine o termo. São os dados anatômicos, cor da pele, corporeidade relativa à negrura e a sua tessitura ancestral com os valores cosmogônicos, dimensão étnica, que asseguram os limites, sempre buscando novas configurações, do que é um quilombo ou uma comunidade quilombola. Quilombos também não se referem apenas às comunidades isoladas no tempo e no espaço, população homogênea ou que

2- Nossa tese traz o debate que reúne as ideias de militantes de 23 estados do Brasil, para a construção de um projeto que alcançou ser representado de forma genuinamente Nacional em sua totalidade. Neste encontro de Combate ao Racismo no ano de 2012 debateremos o sentimento das 5 regiões do Brasil. Reunimos também em nossa tese a representação e assinaturas das forças internas do PT que ao longo desta gestão do PT a partir do PED de 2009 caminham juntas tendo apoio das suas coordenações nos estados que são as correntes Nacionais CNB, PTLM, O Coletivo 02 de Julho da Bahia e ainda ampliamos para a corrente Interna Nacional EPS que fortalece o debate de Gênero, Religiões de Matriz Africana e do Movimento MST. É um momento de oportunidade para estabelecer um debate franco e fraterno no PT, com os companheiros que acompanham a discussão sobre a temática racial em nosso partido.

necessariamente se tenha constituído a partir de movimentos de insurreição no sentido clássico, isto é, luta e membros remanescentes dos embates contra o trabalho escravizado. Quilombos e quilombolas são também grupos que desenvolvem práticas cotidianas de resistência e procuram manter e reproduzir modos de vida característicos e de consolidação de um território próprio. Território, sem dúvida, como quadro de vida ou, de modo mais preciso, quilombo é sinônimo de território usado coletivamente.

A identidade quilombola, como comprovam os escritores e leitores da coletânea Cadernos Negros, Quilombhoje, não se define pelo número dos comunitários, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo e capacidade de questionamento no âmbito simbólico e identitário. Assim, os quilombos e quilombolas questionam as desigualdades do capitalismo, com ênfase na propriedade coletiva da terra e na apropriação de uma nova noção de quilombo e quilombola para atender, nos dias de hoje, às necessidades de luta dos negros brasileiros.

#### **O PT e o combate ao racismo**

O PT é produto de um processo político encabeçado por diversos movimentos sociais, dentre outros, os movimentos negros. Há negros (as) e militantes antirracismo desde a pré-fundação do partido. Não podemos esquecer que, antes do advento do PT - 1980, tivemos a retomada, nos estertores da ditadura militar, 1978, do movimento negro brasileiro. O MNUCDR, Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, inicialmente uma frente de organizações negras, retomou o rosário de lutas encetadas pelos inúmeros quilombos, levantes, insurreições e organizações políticas e culturais. Não é demais lembrar ainda, nas décadas iniciais do século XX, os jornais, as ligas e na sequência o Teatro Experimental do Negro e a Frente Negra Brasileira.

Os negros que contribuíram com a construção do PT tinham história, formas de organização e divergências no tocante à compreensão da sociedade brasileira e, de modo específico, no que tange à superação das desigualdades raciais.

Considerando as relações de poder presente no interior do PT, a militância negra questionava e buscava meios teóricos e práticos para enfrentar certos mitos acerca da hegemonia transformadora do proletariado ou da classe trabalhadora que, por conta da

resistência passava a ser contra o racismo.

5- A resistência passou a se dar nas comunidades remanescentes dos quilombos, nos terreiros onde se cultuavam as religiões de matriz africana, nos clubes negros, nos maracatus da zona canavieira do nordeste, nos blocos de carnaval, escolas de samba, etc. Com o tempo esta resistência passava a tomar contornos políticos e entre os anos 60 e 70 já tínhamos no Movimento Negro Brasileiro grupos de tendência socialista. Mas ainda havia divergências entre os partidos de esquerda tradicionais e o Movimento Negro, que se baseavam na dicotomia entre luta de classes e luta antirracista. Dicotomia que se torna sem sentido quando pensamos que com grande parte do povo negro desempregado ou recebendo salários menores forma-se um exército de reserva que garante ao capital a redução de preço do trabalho. Assim, a luta antirracista também é luta de classe.

nossa herança ocidental e eurocêntrica, era apresentada como encarnação dos padrões envergados pela perspectiva adulta, masculina, branca, etc. De forma similar ao que faziam setores do movimento feminista, ao lembrar que a classe trabalhadora também tinha sexo, o movimento negro lembrava que o proletariado era majoritariamente negro; e que contra ele, mas também dentro dele, havia machismo e racismo. A questão era entender o racismo e o que ele representava na reprodução da desigualdade racial, da concentração racial da riqueza, da cultura, do poder e da dimensão de exclusão dos melhores empregos, dos melhores salários, das escolas qualificadas e igualmente, nos espaços de poder e formulação política do PT, da competição social com os brancos da mesma classe social. O cerne da questão passa por uma mudança no tocante à compreensão do racismo e da indissociabilidade entre raça e classe, na formação do capitalismo brasileiro.

A classe trabalhadora era oprimida, mas dentro dela havia também conflitos, sendo alguns mais oprimidos que outros. Portanto, a classe trabalhadora não era sinônimo de oprimido. Os movimentos negros criticavam as esquerdas brancas, patriarcais e ortodoxas, que naturalizavam o racismo e desconsideravam os seus significados e importância na superação das desigualdades sociais e na transformação mais ampla da sociedade.

Trafegando num sentido contrário, setores desde sempre oprimidos mas muitas vezes invisibilizados, tais como negros, índios, mulheres, homossexuais, lésbicas e travestis queriam revelar as especificidades de opressão a que estavam submetidos. Para entendermos a dimensão exata da crítica encaminhada pelo movimento negro ou pelos negros petistas, precisamos entender o problema. A crítica tem o seguinte objetivo: o PT e a esquerda deveriam organizar os trabalhadores considerando, por exemplo, a luta por igualdade no mercado de trabalho e a transformação da sociedade brasileira sem abrir mão da paridade de classe e raça.

Os negros queriam a interação de classe e raça como meio objetivo para transformar a sociedade brasileira, para construir uma sociedade libertária e igualitária sem racismo e sem classe, sem dominação de raça e sem dominação de classe. O problema posto pelos Movimentos Negros diz respeito ao reconhecimento das barreiras sociais e, ao lado delas, embaralhadas sistemicamente pelas políticas de branqueamento, pelo mito de democracia racial, pela fábula de cordialidade no âmbito

**Art. 14º** - A votação do Regimento Interno, das Teses e emendas será através do levantamento dos crachás. Por contraste a mesa proclamará o resultado. Havendo dúvida os crachás serão contados por um representante de cada chapa.

**Art. 15º** - A Mesa proclamará sempre os resultados das votações para conhecimento do plenário e devido registro em ata.

**Art. 16º** - A Matéria votada não será novamente colocada em votação

## CAPITULO V DA ELEIÇÃO DAS CHAPAS E DA SECRETÁRIA

**Art. 17º** - A votação será secreta, em urna, e na cédula de votação deverão constar os nomes dos candidatos à Secretaria Nacional e das Chapas inscritas até o dia 27/04/2012

das relações raciais e pela política do silêncio em torno do debate, as barreiras raciais. Assim, considerar o racismo no Brasil como um fenômeno somente de classe significa, em outros termos, reafirmar o mito de democracia racial e desconsiderar, à revelia da realidade concreta balizada pelas desigualdades socioespaciais (locacionais), ocupacionais, educacionais e jurídico-institucionais, as barreiras raciais.

Dados alusivos aos assassinatos promovidos pelo sistema policial brasileiro, entre outros relativos às desigualdades socioespaciais, educacionais, ocupacionais e de representação nas esferas de poder, revelam a centralidade das desigualdades raciais. Pesquisas e dados de diversos órgãos, largamente difundidos pela ONU, UNESCO, Governos e Estado Brasileiro, deixam patente que a promoção, reconhecimento de valor e acesso a vários empregos e representações são negados por causa da condição racial.

O racismo é um sistema que traz privilégios para um determinado grupo etnicorracial e para os indivíduos desse mesmo grupo. Há, no centro desse sistema, um forte componente ideológico, que a classe dominante tem comando (controle/controlado) desde o período de trabalho escravizado. Existe ainda, principalmente, sobretudo, um componente estrutural assentado na parêntese classe e raça. Embora não explique o porquê, nos dias atuais, das péssimas condições de vida do conjunto da população negra e na mesma conta o branqueamento político e ideológico, o 13 de maio de 1888 evidencia, desde o advento do trabalho livre, o caráter de classe e raça que compõem o conflito racial brasileiro. A alteração na relação de produção, no 13 de maio de 1888, mudou pouco a vida dos negros (as) e dos seus descendentes. Latifundiários e capitalistas, brancos, emergentes, permaneceram com privilégios intocáveis. A substituição dos trabalhadores escravizados pelo imigrante europeu foi seguida por campanhas e projetos jurídicos, trabalhistas, urbanísticos, médicos, educativos e policiais que visavam ao extermínio e invisibilidade física e temática do componente negro-africano da população brasileira.

As condições de vida, violência policial, desemprego e invisibilidade nos espaços de comando da sociedade, nesse contínuo, explicam a razão das desigualdades a que estão submetidos os negros (as) até os dias atuais. O trabalho forçado, o subemprego e o desemprego da população negra são historicamente parte da política da classe dominante brasileira.

Art. 21º - Resoluções e Moções devem ser apresentadas à Mesa que repassará as mesmas para a Comissão de Sistematização. Aprovadas, nesta Comissão, serão lidas para o conhecimento do Plenário.

Art. 22º A SNCR divulgará as resoluções do 7º Encontro Nacional imediatamente através da página do PT.

Art. 23º Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa, cabendo recurso ao plenário.

Dentro desses limites, no projeto neoliberal, que se caracteriza pela exclusão social e tem como componente central o desemprego, a situação do negro no mercado de trabalho piora substantivamente. Piora também a criminalização da pobreza fortemente marcada pela cor da pele e, nas favelas e bairros destituídos de cidadania, a violência policial, o terror cotidiano das populações negras e notadamente jovem.

A tarefa do PT, da classe trabalhadora e dos negros (as) e dos movimentos negros e sociais, através das suas entidades, é criar as condições teóricas, políticas e organizativas para viabilizar um movimento de massa contra as desigualdades raciais. O que significa enfrentar, num só movimento, o componente de classe e de raça que constitui o sistema racista à brasileira. Noutros termos, o alvo deve ser o desemprego, o combate à discriminação racial, a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, a luta contra a violência policial e a transformação profunda da sociedade brasileira.

A luta para a superação das desigualdades raciais é o produto de uma elaboração social, resultado do trabalho e organização empreendido, no Brasil, majoritariamente por negros, negras e militantes antirracismo, categoria que atualmente inclui um número diminuto de não-negros.

A organização de negros (as) para enfrentar o racismo à brasileira operou mudanças e novas formas de organização em todos os espaços de decisão da sociedade. O PT é um dos espaços marcantes no que diz respeito à superação do racismo. De modo objetivo, o PT, os sindicatos e centrais assumem, a partir da década de 80, compromissos com a agenda e ideário sistematizados pelos Movimentos Negros Brasileiros. Falta ainda uma visão prospectiva, que redunde num propósito que organize os trabalhadores (as) para a superação do racismo e, ao mesmo tempo, aponte as bases para erigirmos o projeto de nação inclusiva e escudado na diversidade.

A complexidade do projeto antirracismo, no PT, surge em dois níveis distintos e complementares, como complexidade funcional e como complexidade estrutural. A complexidade funcional está relacionada à organização dos negros (as) nos setoriais ou nos coletivos de negros (as) e na maior ou menor capacidade de influenciarem o conjunto do PT, do movimento sindical ou mesmo um determinado sindicato, uma categoria e o conjunto da sociedade. Estamos diante daquilo que os negros (as) podem fazer para tornar hegemônicas as bandeiras levantadas e aprovadas pelo conjunto de

11 às 13h - Análise de Conjuntura

13 às 14h30 - Almoço

15 às 17 - Eleições municipais e programa de governo

15h às 17 - credenciamento de delegados suplentes, observadores e convidados

17 às 19h30 - Apresentação das chapas nacionais

21h00 - Atividade cultural

Dia 27/05 - Domingo

08h00 - Debate dos Candidatos Nacionais

10h00 - Início votação

12h00 - Apuração

13h00 - Resultado apuração do primeiro turno

15h00 - Votação segundo turno

militantes engajados no projeto de superação das desigualdades raciais, incluem-se aí também os movimentos negros.

Dizer que há negros (as) organizados no PT implica necessariamente compreender o seu papel, com vistas a realizar mudanças no que diz respeito às desigualdades raciais.

A complexidade estrutural é a capacidade de comunicação, não apenas de informação, das propostas e mudanças no âmbito das relações etnicorraciais. A base estrutural vai garantir o comando sobre as operações econômicas, políticas e vai principalmente alterar as relações estribadas nas desigualdades raciais. Quanto mais estruturalmente disseminada a proposta antirracismo, mais eficazes serão as formulações políticas para superar as desigualdades raciais.

Por outro lado, é preciso também entender como funciona e se defini o racismo à brasileira. Em outros termos, é necessário compreender a sua realidade concreta, marcada pela desigualdade de classe e raça num só processo, e a sua existência sistêmica, que é a inseparabilidade do binômio econômico e ideológico no centro desse sistema. A realidade concreta é o campo delimitado pelas profundas desigualdades ou desvantagens ocupacionais, locacionais, educacionais, jurídicas -institucionais, entre outras, existentes entre brancos, amarelos, negros e índios brasileiros.

A existência sistêmica revela as desvantagens ou as desigualdades etnicorraciais e a sua relação com as políticas e ideologias de democracia racial, branqueamento, cordialidade e do silêncio.

O setorial de combate ao racismo da Articulação de Esquerda, reafirmando o programa raça e classe, tem exatamente estes objetivos, isto é, ajudar a organizar os negros(as) , os militantes antirracismo e o conjunto do PT para a superação das desigualdades raciais.

Art. 6º - São observadores (as) ao 7º Encontro Nacional de Combate ao Racismo, com direito a voz e sem direito de voto, os membros do Coletivo Nacional de Combate ao Racismo, os secretários (as) estaduais de Combate ao racismo, os parlamentares do PT e os inscritos nas Chapas Nacionais que não forem delegados.

Art. 7º - São convidados(as), sem direito a voz, a critério da COE, os membros do Diretório Nacional, os(as) Ministros, senadores, deputados federais e governadores Eleitos ao Partido dos Trabalhadores.

Art. 8º - O credenciamento dos observadores e convidados será efetuado no local do evento, no dia 26 de maio, das 15h às 17h.

### CAPITULO III DA ORGANIZAÇÃO

